



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

1. C. Roteiro de Verificação de Peças e Conteúdos – Exercício de 2008

Prestações de Contas das AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES do PODER EXECUTIVO

Órgão/Entidade – ICMBIO- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Responsável pela Juntada dos Documentos – Peças exigidas (art.13,IN/TCU 57/2008)	Localização (*) (Volume/fls.)
1. UNIDADE	
I. Rol de responsáveis (art. 10 da IN/TCU 57/2008)	Vol. I/ fl. 03
II. Relatório de Gestão com os conteúdos do anexo II apresentados em títulos específicos, destacando a localização dos itens abaixo discriminados	Vol. I/ fls. 04 a 50
• Demonstrativo relacionando as dispensas de instauração de TCE, conforme indicado no item 14 do Anexo II	Não se aplica
III. Informações contábeis	Vol. I/ fls. 51 a 63
• Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada sobre as informações constantes do SIAFI.	Vol. I/ fl. 63
• Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos	Não se aplica
IV . Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas	Vol. I/ fl. 65
V – Relatórios e pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre as contas ou sobre a gestão	Vol. I/ fl. 66
• Parecer da unidade de auditoria interna	
• Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o Não se aplica intuito de apurar dano ao erário, fraudes ou corrupção	Não se aplica
Local/Data Brasília, DF, 09 de abril de 2009.	Assinatura/Carimbo do Responsável
2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	
VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente	
VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente	
VIII. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente	
Local/Data	Assinatura/Carimbo do Responsável
3. ASSESSOR ESPECIAL/SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO	
IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente	
Local/Data Brasília, DF, 09 de abril de 2009.	Assinatura/Carimbo do Responsável



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

ANEXO I

ROL DE RESPONSÁVEIS

UNIDADE GESTORA: 443032

GESTÃO: 44207

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE:		Dirigente Máximo da Unidade							
AGENTE:	João Paulo Ribeiro Capobianco				CPF:	021.836.638-80			
ENDEREÇO RESIDENCIAL:	SHIS QI 05, conjunto 15, casa 01 – Brasília/DF								
MUNICÍPIO:	Lago Sul	CEP:	71.615-150	UF:	DF	TELEFONE	8116-4022	FAX:	-
CARGO OU FUNÇÃO:	Presidente Substituto								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:		PERÍODO DE GESTÃO:			
Data 02/Mai/2007	Portaria nº 98, de 03/Mai/2007	28/05/2008		Portaria nº 152, de 06/Jun/2008		02/Mai/2007 a 28/mai/2008			

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE:		Dirigente Máximo da Unidade – Substituto							
AGENTE:	Silvana Canuto Medeiros				CPF:	552.228.890-68			
ENDEREÇO RESIDENCIAL:	SHT, Quadra 3, Casa 3, Conjunto 7, Lago Norte								
MUNICÍPIO:	Brasília	CEP:	71.551-328	UF:	DF	TELEFONE	3341.9020	FAX:	3341-9230
CARGO OU FUNÇÃO:	Presidente Substituta								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:		PERÍODO DE GESTÃO:			
Data 06/jun/2008	Portaria nº 153, de 06/jun/2008	-		-		-			

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE:		Dirigente Máximo da Unidade							
AGENTE:	Rômulo José Fernandes Barreto Mello				CPF:	083.585.082-04			
ENDEREÇO RESIDENCIAL:	SAS Quadra 05, lote 05, bloco "H" 8º andar – Brasília/DF								
MUNICÍPIO:	Asa Sul	CEP:	70.070-000	UF:	DF	TELEFONE	3341-9001	FAX:	3341-9105
CARGO OU FUNÇÃO:	Presidente								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:		PERÍODO DE GESTÃO:			
Data 30/Jul/2008	Portaria nº 532, de 31/Jul/2008	-		-		-			

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE:		Membro de Diretoria							
AGENTE:	Silvana Canuto Medeiros				CPF:	552.228.890-68			
ENDEREÇO RESIDENCIAL:	SHT, Quadra 3, Casa 3, Conjunto 7, Lago Norte								
MUNICÍPIO:	Brasilia	CEP:	71.551-328	UF:	DF	TELEFONE	3341-9020	FAX:	3341-9230
CARGO OU FUNÇÃO:	Diretora de Planejamento, Administração e Logística								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:	EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO:		PERÍODO DE GESTÃO:			
Data 27/Jun/2007	Portaria nº 377, de 28/Jun/2007	-		-		-			



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

ANEXO II

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
CNPJ	08.829.974/0001-94
Natureza jurídica	Autarquia do Poder Executivo
Vinculação ministerial	Ministério do Meio Ambiente
Endereço completo da sede	EQSW 103/104, bloco “C”, 2º andar – Complexo Administrativo Sudoeste – CEP: 70.670-350 Telefones: 3341-9247 Fax: 3341-9260
Endereço da página institucional na internet	www.icmbio.gov.br
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de Publicação no Diário Oficial da União	Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007 – D.O.U de 29/08/07 Decreto nº 6.100 de 26 de abril de 2007 – D.O.U de 27/04/07
Código da UJ titular do relatório	443032
Códigos das UJ abrangidas	443033, 443034, 443035, 443036, 443037, 443038, 443039, 443040, 443041, 443042, 443043, 443048, 443049, 443050, 443051, 443052, 443053, 443054
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	Ambiental
Tipo de atividade	Preservação e conservação socioambiental, por meio da pesquisa e conservação da biodiversidade nas áreas protegidas federais, visando a preservação da fauna e flora para a melhor qualidade de vida da sociedade.

	Nome	Código
Unidades Gestoras Executoras utilizadas no SIAFI	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - SEDE	443033
	Centro de Proteção de Primatas Brasileiros – CPB/PB	443034
	Centro Nacional de Pesquisa para a Conservação dos Predadores Naturais – CENAP/SP	443035
	Parque Nacional Serra dos Orgãos – PNSO/RJ	443036
	Parque Nacional Itatiaia – PNI/RJ	443037
	Centro de Pesquisa de Répteis e Anfíbios – RAN/GO	443038
	Centro de Pesquisa Estuarinos – CEPERG/RS	443039
	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais - CEPTA/SP	443040
	Centro de Pesquisa Nordeste – CEPENE/PE	443041
	Centro de Pesquisa Sudeste/Sul – CEPSUL/SC	443042
	Centro Nacional de Conservação e Manejo de Tartarugas Marinhas – TAMAR/BA	443043
	Parque Nacional do Iguaçu/PR	443048
	Floresta Nacional de Capão Bonito/SP	443049
	Centro Nacional de Pesquisa para Conservação de Aves Silvestres – CEMAVE/PB	443050
	Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos – CMA/PE	443051
	Floresta Nacional de Ipanema/SP	443052
	Centro de Pesquisa Litoral Norte – CEPNOR/PA	443053
	Centro de Pesquisa e Gestão da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Pesqueiros Continentais da Amazônia – CEPAM/AM	443054

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, foi criada pela Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, com a finalidade de:

I – Executar as ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais no que diz respeito à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

II – executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável, instituídas pela União;

III – fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV – exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e

V – promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidas, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde essas atividades sejam permitidas.

Para responder pelos muitos e complexos desafios de suas atribuições, a Autarquia conta atualmente com 1.790 servidores, distribuídos no território nacional. Estão sob a responsabilidade do Instituto 300 unidades de conservação federais, que representam aproximadamente 77 milhões de hectares, o equivalente a cerca de 8,2% do território nacional, e 15 Centros Nacionais de Pesquisa para a Conservação: CMA – Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos; o CPB – Centro de Proteção de Primatas Brasileiros; o CEMAVE – Centro Nacional de Pesquisa para Conservação de Aves Silvestres; o CEPAM – Centro de Pesquisa e Gestão da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Pesqueiros Continentais da Amazônia; o RAN – Centro de Pesquisa de Répteis e Anfíbios; o CENAP – Centro Nacional de Pesquisas para a Conservação dos Predadores Naturais; o CEPTA – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais; o TAMAR – Centro Nacional de Conservação e Manejo de Tartarugas Marinhas; o CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais, o CECAV – Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas; e o Copom – Centro Nacional de Orquídeas, Plantas Ornamentais, Medicinais e Aromáticas; CEPERG – Centros de Pesca Centro de Pesquisa Estuarinos; CEPENE – Centro de Pesquisa Nordeste; CEPSUL – Centro de Pesquisa Sudeste/Sul; e o CEPNOR – Centro de Pesquisa Litoral Norte.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

A – Síntese das Principais Realizações:

O ano de 2008 foi o primeiro de execução orçamentária e financeira do ICMBio, pautado por diversas dificuldades para a implementação de um órgão federal com dimensão nacional e ações capilarizadas pela federação, sem estruturas intermediárias para gerir as 300 unidades de conservação e os 15 centros especializados sob sua responsabilidade.

Dentre as principais realizações do ano destacam-se:

Planejamento Institucional:

Em dezembro de 2008 foi concluída a primeira fase do planejamento estratégico do ICMBio, visando definir a estratégia de gestão, contemplando, dentre outros pontos, a discussão do modelo de organização institucional, as formas de financiamento e a análise preliminar do modelo de gestão de pessoas com indicação de linhas gerais de alternativas compatíveis com as atribuições do ICMBio.

A missão do Instituto foi definida como sendo “Proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”, e a lógica operacional para a organização do ICMBio, por meio da implementação de macroprocessos e respectivos processos.

Reformulação e Modernização da Gestão:

O ano de 2008 foi marcado na área de suprimento e logística pela iniciativa de reformulação e modernização da gestão.

A meta estabelecida foi consolidar o Instituto como unidade responsável por suprir suas próprias demandas, seja por meio da utilização da estrutura da sede, ou por meio das estruturas administrativas descentralizadas. As Unidades Gestoras Executoras descentralizadas existentes atendiam exclusivamente as demandas dos Centros e Unidades, as quais eram vinculadas. O modelo de atendimento descentralizado foi reformulado para que se adequassem ao conceito das Unidades Avançadas de Administração e Finanças – UAAFs, as quais passaram a apoiar uma rede de Unidades de Conservação e Centros e passaram a ter vinculação direta com a Diretoria Administrativa da Sede.

Unidades Avançadas de Administração e Finanças (UAAF’ s): Foram criadas 11 UAAFs próprias do ICMBio e reforçadas suas equipes, a fim de suprir as Unidades de Conservação e os Centros Especializados dos meios necessários para a implementação de suas demandas, de acordo com distribuição previamente estabelecida.

Foi identificada inicialmente a necessidade do ICMBio implementar sua própria sede, com as condições adequadas para o cumprimento de sua missão.

Paralelamente foram priorizadas algumas iniciativas de grande porte e abrangência nacional, após análise substancial de quais serviços eram mais demandados pelas unidades descentralizadas, a fim de que fossem firmados pela sede do ICMBio contratos destinados a atender tais necessidades. A proposta foi que a centralização das contratações e a descentralização dos serviços otimizasse o monitoramento, o controle e a agilidade de atendimento, além de desonerar as UAAFs de tais procedimentos, para que pudessem se dedicar, também de forma mais ágil, ao atendimento das demandas específicas das unidades por elas apoiadas.

Os principais contratos de abrangência nacional firmados pela sede foram:

Fornecimento de combustível e manutenção de veículos e embarcações: em julho de 2008 foi contratada a empresa para, de forma automatizada, fornecer crédito às unidades do ICMBio, por meio

de cartão individual para o condutor e para o veículo, a fim de que possam utilizar dos referidos serviços.

Passagens aéreas: em fevereiro de 2008 foi contratada empresa de grande porte para prestação de serviços de emissão de passagens aéreas para todos os servidores do ICMBio, requisito básico para otimizar a implantação em nível nacional do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal.

Serviços Postais e Malote: os contratos foram assinados em abril, a fim de viabilizar a todas as unidades a utilização dos serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Serviços gráficos: foi contratada, em dezembro, empresa para realização de serviços gráficos, visando a padronização dos materiais publicados pelas diversas instâncias do Instituto, assim como maior agilidade na elaboração e distribuição destes materiais.

Serviços de manutenção predial: também contratada em dezembro empresa com atuação nacional para reforma ou construção predial.

Radiobrás e Imprensa Nacional: contratos específicos para publicações oficiais, firmados respectivamente em março e abril.

Locação de aeronave para combate a incêndio: firmado em novembro, o presente contrato prevê soluções para situações de crise extrema e encontra-se à disposição de todas as unidades do Instituto.

Foi desenvolvido, em parceria com o Fundo Nacional para o Meio Ambiente – FNMA/MMA, e apoio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF/MMA, um sistema específico para elaboração, análise e acompanhamento de demandas tanto de manutenção como finalísticas, organizadas em projetos, uma ferramenta de planejamento operacional chamada FAÇA-PROJETOS. A partir de 2009, será utilizado como base de análise para descentralização de recursos e preparação da proposta orçamentária dos anos subsequentes, visando otimizar a execução e distribuição dos recursos.

O sistema foi adaptado para atender as demandas do ICMBio, prevendo a possibilidade de apresentação de projetos, visando priorizar demandas e estabelecer metas.

Implementado ainda o conceito de Unidade Gestora Responsável – UGR como premissa principal para a descentralização de recursos em 2008. Cada Unidade de Conservação e Centro Especializado recebeu um código de UGR, ao qual foram vinculados todos os empenhos de recursos orçamentários, permitindo extrair uma estatística do custo dessas unidades.

Outra diretriz adotada pelo Instituto foi a obrigatoriedade de descentralizar todos os recursos por subitem de elemento de despesa, detalhando precisamente a que se destinam os recursos.

B – Fundamento das principais decisões e óbices à administração:

A criação do ICMBio em 2007, ocasionou longa greve dos servidores que impactou significativamente as atividades do novo instituto, somado a isso, restrições estruturais fizeram que medidas emergenciais fossem tomadas para suprir as Unidades de Conservação e Centros Especializados, quando se iniciou a gestão orçamentária e financeira em 2008.

Os servidores lotados nos Centros Especializados foram rapidamente redistribuídos do IBAMA para o ICMBio, mas os demais servidores tiveram atraso na sua redistribuição, ocasionando grande morosidade principalmente na montagem da equipe meio, trazendo impactos significativos na implementação da gestão administrativa, orçamentária e financeira.

Apesar da equipe reduzida, quando da liberação do orçamento em abril de 2008, iniciaram-se as licitações dos contratos nacionais, que começaram a beneficiar as unidades descentralizadas a partir do segundo semestre.

Dada a capilaridade do ICMBio, somente em 2009, os benefícios dos contratos nacionais chegarão a todas as unidades, caso haja dotação orçamentária suficiente.

Por conta da deficiência de estrutura administrativa, durante o ano de 2008 foram realizados destaques orçamentários e financeiros para o IBAMA a fim de atender contratos continuados que incluíam a sede e as unidades descentralizadas em seu escopo, e a título de ressarcimento de despesas comuns não individualizáveis, rateadas proporcionalmente ao uso.

A falta de estrutura física marcou o ano de 2008, sendo que somente no final do ano, a Presidência e a Diretoria de Planejamento puderam expandir suas atividades e complementar a equipe, pois ocorreu a mudança para a nova sede.

Todas estas restrições estruturais levaram o ICMBio a utilizar medidas excepcionais para atender as demandas das unidades descentralizadas, como o uso freqüente de cartões corporativos e os destaques orçamentários para o IBAMA, supra citados.

O Decreto que regulamentará a estrutura adequada ao funcionamento do ICMBio, ainda está em análise no Governo, ocasionado distorção entre as necessidades administrativas e operacionais e a estrutura atualmente regulamentada.

Os programas e ações do ICMBIO não demonstram na sua totalidade a realidade do Órgão, pois com a criação pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, foi necessário redistribuir as ações já atribuídas ao PPA do IBAMA para o ICMBio. Existindo ainda vários conflitos referentes às atribuições do IBAMA e ICMBIO que não estão claras no Decreto n. 6.100, de 26 de abril de 2007, que vem causando conflitos de competência.

Como consequência, os Programas e Ações das áreas finalísticas não caracterizam adequadamente as atribuições do ICMBio, fato que se repetirá para o exercício de 2009, considerando que na reformulação do PPA de 2008 não foi autorizada a alteração/inclusão de ações do PPA.

Diante desse contexto, e devido à transversalidade das atividades desenvolvidas pelo ICMBio, que por conseguinte dependem de dois ou vários processos programáticos, demonstraremos a seguir, de forma consolidada e sem nenhum prejuízo de conteúdo, os resultados das diversas ações que, se apresentadas individualmente, não traduziriam a consistência do resultado obtido.

2.3. PROGRAMAS

2.3.1 Programa 0052 – Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

TIPO DE PROGRAMA	Finalístico
OBJETIVO GERAL	Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
GERENTE DO PROGRAMA	Samyra Brollo de Serpa Crespo
GERENTE EXECUTIVO	Aldemir Chaves Paraguaçu
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	MMA
INDICADORES OU PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Instituições Trabalhando em Parceria com as Ações do Programa

PÚBLICO ALVO (BENEFICIARIOS)	Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia e voluntários atuantes na área ambiental e usuários e manejadores diretos de recursos ambientais
------------------------------	---

2.3.1.1 Ação 8286 - Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental

TIPO	Atividade
FINALIDADE	Contribuir por meio da educação ambiental para o fortalecimento de grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental na participação e controle social da gestão ambiental pública e na construção da sustentabilidade de seus territórios de vida.
DESCRIÇÃO	Desenvolvimento e articulação de processos formativos junto a usuários de recursos ambientais, grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental e outros atores que atuam diretamente com esse público, propiciando: a qualificação de sua atuação, a interpretação crítica de seus contextos socioambientais, o fortalecimento da cidadania socioambiental e o aprofundamento da dimensão socioambiental nas suas organizações, o desenvolvimento e a consolidação de alternativas de segurança alimentar, trabalho e renda, e contribuindo para democratização do acesso destes grupos a informações sobre políticas públicas de seu interesse. Desenvolver diretrizes, instrumentos e metodologias para a elaboração e monitoramento de ações de educação ambiental, mediação de conflitos, entre outros em: criação e gestão de unidades de conservação; qualidade ambiental; licenciamento de petróleo, gás e outras atividades; manejo de recursos pesqueiros, fauna e flora.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Paulo Fernando Maier Souza
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Pessoa Formada)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	800.000,00	789.996,00	98,75
FÍSICA	300	210	70

Atividades de Educação Ambiental:

A educação ambiental no ICMBio esteve presente num conjunto de instâncias de formulação e apoio à tomada de decisão pela Direção do Instituto, como comitês, grupos de trabalho e comissões, visando garantir a contribuição transversal dessa área no âmbito dos macro processos.

As atividades complementares de Educação Ambiental estão descritas no item 2.3.8.2 Ação 6060 - Capacitação de Comunidades Tradicionais.

Dentre as atividades desenvolvidas destacam-se:

- Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, instituído pela Portaria ICMBio nº 029, de 14 de fevereiro de 2008 – coordenação dessa Comissão;
- Comitê de Capacitação, instituído pela Portaria ICMBio nº 105, de 16 de maio de 2008 - participação como setor convidado na composição desse Comitê;
- Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, instituído pela Portaria ICMBio nº 116, de 02 de junho de 2008;
- Grupo de Trabalho de elaboração da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, criado pela Portaria MMA nº 289, de 03 de outubro de 2006 e alterada pela Portaria MMA nº 88, de 20 de março de 2008 – participação como integrante do GT;
- Grupo de Trabalho de Agroecologia, instituído pela Portaria MMA nº 497, de 21 de setembro de 2007 – participação como integrante do GT;
- Grupo de Trabalho Conjunto para revisão do Programa de Agente Ambiental Voluntário, criado pela Portaria Conjunta IBAMA / ICMBio nº 13, de 04 de julho de 2008;
- Articulação para a elaboração e implementação de um programa de inclusão digital do ICMBio para as comunidades tradicionais afetadas às unidades de conservação, convergindo comunicação, educação e cidadania ambiental, promoção cultural e vigilância territorial, como parte do processo de implementação do Acordo de Cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Comunicações e a Rede Povos da Floresta.
- Atuação na Plenária Nacional da III Conferência Nacional de Meio Ambiente, como integrantes pelo ICMBio da Equipe Técnica do Ministério do Meio Ambiente, com função de auxiliar tecnicamente os delegados do MMA e dos órgãos vinculados e a equipe de coordenação da Conferência; e como integrantes da equipe de relatoria dos grupos temáticos de educação ambiental.
- Articulação com o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental na elaboração de programas de educação ambiental, a serem veiculados em rede pública e privada de televisão, incorporando o fomento e a veiculação de produções locais.

Em Dezembro de 2008 foi realizado um Encontro de Educadores Ambientais conjunto entre a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), o ICMBio e o IBAMA, com o propósito de articular as ações de educação ambiental executadas no âmbito federal e a formulação nacional protagonizada pelo Ministério do Meio Ambiente. No âmbito do ICMBio, foram também delineadas estratégias para a implementação da Educação Ambiental no Instituto, com a construção de um Plano de Ação 2009/2010 e levantadas e sistematizadas as ações educativas realizadas no ano de 2008 e que estão em curso nas Unidades de Conservação Federais e Centros Especializados.

2.3.2. Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

TIPO DE PROGRAMA	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
OBJETIVO GERAL	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
GERENTE DO PROGRAMA	
GERENTE EXECUTIVO	Delúbio Gomes Pereira da Silva
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	Ministério da Previdência Social
INDICADORES OU PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	NAO POSSUI
PÚBLICO ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

2.3.2.1 Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

TIPO	OPERAÇÕES ESPECIAIS
FINALIDADE	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
DESCRIÇÃO	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Silvana Canuto Medeiros
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Pessoa beneficiada)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	1.500.000,00	177.852,00	11,86
FÍSICA	30	5	16,67

2.3.3 Programa 0104 – Recursos Pesqueiros Sustentáveis

TIPO DE PROGRAMA	Finalístico
OBJETIVO GERAL	Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
GERENTE DO PROGRAMA	Maria Cecília Wey de Brito
GERENTE EXECUTIVO	João de Deus Medeiros
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	MMA
INDICADORES OU PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Índice de recuperação dos estoques pesqueiros em relação ao nível de sustentabilidade
PUBLICO ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Pescadores, armadores de pesca, empresários de pesca, aqüicultores e sociedade

2.3.3.1 Ação 2C99 - Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos – REVIMAR

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Gerar informações contínuas mediante o monitoramento das pescarias sobre os principais estoques pesqueiros das diferentes regiões da costa brasileira, com vistas à definição/implementação de políticas públicas que venham garantir a conservação e a utilização sustentável das espécies capturadas nas áreas marítimas sob jurisdição nacional.
DESCRIÇÃO	Controle e monitoramento e avaliação das pescarias através de dados de captura e esforço, além da obtenção e disponibilização de dados oceanográficos e biológicos, a fim de proporcionar a geração contínua de Informações essenciais para definição/implementação de políticas públicas, que possam garantir a conservação e a utilização sustentável e divulgação das informações necessárias para o processo de co-gestão das pescarias nacionais e da minimização dos danos causados pela atividade de exploração de petróleo e gás.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcelo Marcelino de Oliveira
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Estoque avaliado)

META	PREVISAO	EXECUCAO	EXECUCAO/PREVISAO %
FINANCEIRA	1.076.000,00	689.268,00	64,06
FÍSICA	15	08	53,33

2.3.3.2 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
DESCRIÇÃO	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcelo Marcelino de Oliveira
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	4.742.500,00	4.722.426,00	99,58
FÍSICA			

2.3.3.3 Ação 2933 - Prospecção, Avaliação e Monitoramento dos Estoques Pesqueiros

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Efetuar levantamentos sistemáticos para conhecimento da situação dos estoques pesqueiros, bem como da bioecologia e socioeconomia relacionadas com os seus usos.

DESCRIÇÃO	<p>Serão realizados cruzeiros de avaliação, fiscalização e controle de estoques, por meio de métodos diretos (eco-integrador) e indiretos (varredura de área) nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, visando estimar o potencial de pesca dos estoques de peixes pelágicos e demersais. Também serão desenvolvidas/adaptadas novas tecnologias de captura como alternativa àquelas causadoras de grandes impactos ambientais bem como possíveis impactos aos recursos pesqueiros advindos das atividades de exploração de petróleo e gás. Para esses trabalhos serão utilizados os barcos de pesquisa do IBAMA e das universidades parceiras. Quando necessário, serão realizados treinamentos dos técnicos dos centros especializados do IBAMA sobre métodos de avaliação de estoques. Os centros também receberão equipamentos utilizados em campo e laboratório para execução dos cruzeiros.</p>
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcelo Marcelino de Oliveira
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Pesquisa apoiada)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	1.990.000,00	1.986.717,00	99,84
FÍSICA	60	48	80

2.3.3.4 Ação 4965 - Ordenamento Pesqueiro em Reservas Extrativistas

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Gerar renda para os extrativistas e manter os recursos pesqueiros.
DESCRIÇÃO	Organização, nas áreas de Reservas Extrativistas existentes em todo território nacional, do uso sustentável dos recursos pesqueiros, por meio da inclusão nos planos de manejo de uso múltiplo. Geração de estatísticas de captura para controle e avaliação dos estoques pesqueiros.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcelo Marcelino de Oliveira
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da

	Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	4000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Comunidade beneficiada)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	455.000,00	443.295,00	97,43
FÍSICA	20	10	50

2.3.3.5 Ação 8352 - Elaboração de Planos de Gestão e de Recuperação para Recursos Pesqueiros

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Elaborar e implementar, de forma participativa, envolvendo Governo e sociedade, atividades voltadas para a conservação e uso sustentável dos recursos pesqueiros.
DESCRIÇÃO	Elaboração e implementação, sob coordenação do MMA/ICM dos Planos de Gestão e Recuperação para as espécies constantes da lista nacional de invertebrados aquáticos e peixes ameaçados de extinção e sobreexplorados ou ameaçados de sobreexploração, com a participação dos órgãos estaduais, da comunidade científica e da sociedade civil organizada, visando à gestão compartilhada dos recursos pesqueiros. Os planos de gestão serão elaborados podendo ter como unidade de planejamento: espécies - pela importância econômica e social da espécie; ecossistemas - pela heterogeneidade de habitats e interação entre ecossistemas marinhos; ou bacias hidrográficas - pelo alinhamento com as políticas de gestão de recursos hídricos. A elaboração dos planos inclui a realização de diagnósticos e estudos específicos, avaliações e proposições de medidas e estratégias, considerando as esferas socioambiental e econômica. O conjunto dos planos e sua implementação incluirão o aporte e sistematização de iniciativas, projetos e estratégias de gestão de recursos pesqueiros e de conservação da biodiversidade aquática já existente e/ou planejada. Como resultados dos Planos de Gestão e Recuperação serão desenvolvidas melhores práticas de gestão, incluindo áreas de manejo de pesca e gestão ecossistêmica, regulamentações para o uso e conservação desses recursos, proposição a aplicação de instrumentos econômicos e socioambientais, aperfeiçoamento de procedimentos de comando e controle, capacitação e educação ambiental e monitoramento dos impactos dos Planos.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Secretaria de Biodiversidade e Florestas
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcelo Marcelino de Oliveira
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	4000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Plano elaborado)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	1.000.000,00	980.310,00	98,03
FÍSICA	100	66.500	66,50

As 05 ações referentes ao Programa 0104 – Recursos Pesqueiros Sustentáveis foram realizadas pelos Centros Especializados de Pesca. CEPERG – Centros de Pesca Centro de Pesquisa Estuarinos (Rio grande-RS); CEPENE – Centro de Pesquisa Nordeste (Tamandaré-PE); CEPSUL – Centro de Pesquisa Sudeste/Sul (Itajaí-SC); e o CEPNOR – Centro de Pesquisa Litoral Norte (Belém-Pará). Durante o ano de 2008 as atividades voltadas ao Uso dos Recursos Pesqueiros desses Centros foram compartilhadas com o IBAMA, e tendo em vista a transversalidade das ações, os resultados conjuntos estão apontados abaixo, o restante das pesquisas integradas com as Unidades de Conservação estão reportados nos resultados do Programa 0508 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos.

Na pesca em ambientes marinhos, estuarinos e lagunares, foram realizadas diversas atividades, destacam-se:

- Reunião sobre a Implantação de Reservas Marinhas Protegidas para Pesca, no CEPENE;
- Reunião para discutir o projeto de Cultivo de Sardinha Verdadeira como Alternativa para Isca Viva na pesca do Bonito, coordenada pela CGFAP/DBFLO/IBAMA, no CEPSUL;
- I Reunião do grupo Técnico de Trabalho – GTT de Gestão da Pesca de Emalhar na Águas SOS Jurisdição Brasileira, instituído pela Portaria Conjunta IBAMA e ICMBio nº07, de 01/02/2008, no CEPSUL;
- II Reunião do GTT de Gestão da Pesca de Emalhar na Águas SOS Jurisdição Brasileira, instituído pela Portaria Conjunta IBAMA e ICMBio nº07, de 01/02/2008, no CEPNOR;
- Reunião do Subcomitê Científico de Gestão do Uso Sustentável de Lagostas – CGSL, no CEPENE;
- Reunião para avaliação das propostas estaduais visando a definição do período de Defeso do Camarão Sete Barbas, nas regiões sudeste e sul, no CEPSUL;
- Reunião do GTT para Ordenamento de Demersais de Plataforma, sob a coordenação da CGFAP/DBFLO/IBAMA, no CEPSUL;
- Participação da III Reunião de trabalho sobre “Enfoque Ecológico para a Pesca no Estuário da Lagoa dos Patos e na Zona Costeira do Rio Grande do Sul” no CEPERG;

- Reunião Técnica sobre o processo de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros e Avaliação do ordenamento Pesqueiro nas Lagoas dos Patos e Mirim-Mangueira (INs Conjuntas MMA/SEAP nº 03 e 04/2004), no CEPERG;

Foram executados os seguintes projetos de monitoramento, avaliação e pesquisa conjuntos entre os Centros Especializados de Pesca do ICMBio e o IBAMA:

- Identificação e reprodução de espécies marinhas como alternativa de isca-viva, para a captura do bonito listrado, no litoral catarinense e viabilidade de manutenção em tanques-rede: produção de isca-viva em ambiente controlado;
- 02 cruzeiros de eco-integração para avaliar a biomassa disponível de sardinha verdadeira no litoral Sudeste/Sul, em parceria com a Fundação Universidade Federal do Rio Grande;
- Monitoramento dos desembarques da frota industrial de arrasto, certo e emalhe, com especial referência às capturas de espécies sobre-explotadas;
- 20 pesquisas voltadas ao monitoramento das pescarias de: lagosta, camarões, sardinha, piramatuba, pargo e caranguejo-uçá, que geraram conhecimentos para embasar as medidas de ordenamento pesqueiro;
- 14 estudos objetivando conhecer a bio-ecologia das principais espécies que sustentam as pescarias nacionais, avaliando os seus estoques e definindo os seus níveis ótimos de exploração pesqueira.

2.3.4 Programa 0506 – Nacional de Florestas

TIPO DE PROGRAMA	Finalístico
OBJETIVO GERAL	Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
GERENTE DO PROGRAMA	Maria Cecília Wey de Brito
GERENTE EXECUTIVO	João de Deus Medeiros
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	MMA
INDICADORES OU PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Área de florestas com alto valor para conservação protegida Área de florestas naturais em regime de manejo Sustentável Área de Florestas Plantadas Áreas degradadas recuperadas
PÚBLICO ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Comunidades produtoras e consumidoras dos recursos florestais, agricultores familiares e setores produtivos de base florestal

2.3.4.1 Ação 8300 - Apoio ao Manejo Florestal Comunitário (Produto: Área manejada)

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Promover o manejo florestal sustentável comunitário em áreas públicas, agregando valor à produção, conservando os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida da população.
DESCRIÇÃO	Identificação de comunidades locais e populações tradicionais, controlando e apoiando os processos de destinação não onerosa dos recursos florestais; Promoção da capacitação de comunitários e técnicos, para o controle florestal, para o manejo florestal comunitário, para a prestação de assistência técnica florestal, para o processamento e agregação de valor à produção e para sua comercialização; Diagnóstico e proposição de adaptações aos instrumentos econômicos associados ao uso e conservação dos recursos florestais manejados por comunidades.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Serviço Florestal Brasileiro
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Paulo Fernando Maier Souza
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente

COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	
--	--

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	240.465,00	240.465,00	99,78
FÍSICA	14.000	13.900	99,29

Manejo Florestal Sustentável:

No ano de 2008 foram iniciados os trabalhos para implementação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, no que diz respeito à Concessão Florestal em Florestas Nacionais.

Os trabalhos realizados para viabilizar a concessão florestal na Floresta Nacional de Jamari foram desenvolvidos pela Coordenação Geral de Florestas Nacionais em conjunto com o Serviço Florestal Brasileiro, instância do Ministério do Meio Ambiente responsável pela aplicação da Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Durante o ano de 2008 foram realizadas 3 reuniões com o Conselho Consultivo da Unidade para tratar da Concessão Florestal na Flona do Jamari, assim como as consultas públicas para o Edital de Concessão Florestal. No segundo semestre foram assinados os contratos de concessão para 3 Unidades de Manejo perfazendo um total de 96 mil hectares.

2.3.5 Programa 0508 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

TIPO DE PROGRAMA	Finalístico
OBJETIVO GERAL	Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
GERENTE DO PROGRAMA	Maria Cecília Wey de Brito
GERENTE EXECUTIVO	João de Deus Medeiros
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	MMA
INDICADORES OU PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas
PÚBLICO ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional

2.3.5.1 Ação 2B07 - Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Promover a conservação de espécies da flora e da fauna brasileira, de recursos genéticos e de ecossistemas; Induzir, por meio de editais e outros instrumentos, a realização de projetos demonstrativos voltados para a realização de pesquisas, avaliações, diagnósticos e produção e disseminação do conhecimento sobre o uso e a conservação diversidade biológica brasileira e para a implementação de alternativas de uso ou conservação de componentes da biodiversidade; Apoiar o fortalecimento das instituições envolvidas com a gestão da biodiversidade brasileira; e Estabelecer parcerias que favoreçam a incorporação do componente "biodiversidade" nas políticas públicas, programas e ações setoriais de modo a garantir sua conservação e uso sustentável.
DESCRIÇÃO	Fomento a projetos que visem: 1) a conservação e o manejo sustentável da fauna e da flora, implementando alternativas viáveis de conservação da biodiversidade e de produção sustentável alinhada à conservação ambiental; 2) a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira, produção e disseminação dos conhecimentos sobre os componentes da biodiversidade, apoio à produção de informações sobre as espécies ameaçadas e espécies exóticas invasoras e à elaboração e implementação de planos de manejo; 3) o fomento a ações políticas e projetos que promovam a transversalidade do componente biodiversidade em políticas públicas setoriais.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Diretoria de Gestão Estratégica (conforme SIGPLAN) O correto seria: Diretoria de Conservação da Biodiversidade
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcelo Marcelino de Oliveira
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Projeto apoiado)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	2.929.336,00	2.373.120,00	81,01
FÍSICA	30	26	86,67

2.3.5.2 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
DESCRIÇÃO	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcelo Marcelino de Oliveira
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	4.572.000,00	4.523.436,00	98,94
FÍSICA			

2.3.5.3 Ação 2934 - Conservação das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção e Migratórias

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Reverter os fatores que ameaçam as espécies de extinção, inclusive as espécies migratórias, protegendo a biodiversidade brasileira.
DESCRIÇÃO	Elaboração e implementação de planos de ação para o controle e a conservação de espécies ameaçadas de extinção e/ou migratórias, incluindo as espécies marinhas, cujas ameaças são potencializadas pelos impactos decorrentes das atividades de exploração e transporte de petróleo e derivados no litoral brasileiro; elaboração, avaliação e revisão das normas e procedimentos para o acesso e manejo de espécies em risco de extinção e/ou migratórias; estabelecimento de acordos de empréstimo para a manutenção de espécies ameaçadas de extinção por instituições estrangeiras; revisão e avaliação periódicas do estado de conservação das espécies da fauna silvestre brasileira; elaboração da lista oficial da fauna brasileira ameaçada de extinção; manutenção da base de dados genômicos da fauna silvestre brasileira, principalmente das espécies ameaçadas de extinção; manutenção de bancos de material biológico nos centros especializados em fauna do IBAMA; desenvolvimento de tecnologias para pesquisa com espécies silvestres brasileiras, sobretudo aquelas ameaçadas de extinção ou migratórias.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros (Segundo o SIGPLAN) o correto seria Diretoria de Conservação da Biodiversidade
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcelo Marcelino de Oliveira
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Espécie beneficiada)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUCAO/PREVISAO %
FINANCEIRA	3.380.000,00	3.307.073,00	97,84
FÍSICA	240	295	122,92

2.3.5.4 Ação 2976 - Conservação e Uso Sustentável de Espécies da Flora

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	<p>Desenvolver pesquisas visando ampliar o conhecimento técnico-científico sobre o uso e manejo sustentável de plantas medicinais, principalmente junto às populações tradicionais indígenas e não indígenas, promovendo a valorização dos recursos genéticos e a melhoria da qualidade de vida destas populações e a conservação do patrimônio genético associado.</p> <p>Gerar, adaptar, incentivar e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos, sócio-econômicos e ambientais, voltados para o uso sustentável, manejo e a conservação de espécies da fauna silvestre.</p> <p>Promover a proteção e conservação e uso sustentável das espécies da flora nativa, com ênfase às espécies ameaçadas de extinção, por intermédio de ações de pesquisa, controle, fomento de ações para sua conservação e de seus habitats.</p>
DESCRIÇÃO	<p>Promoção de iniciativas de pesquisas em etno-botânica, de forma participativa, junto às populações tradicionais indígenas e não indígenas visando o resgate do conhecimento tradicional associado ao uso de espécies medicinais nativas, elaborando e sistematizando as informações técnico-científicas associadas, com: (i) a definição de espécies medicinais prioritárias e seus empregos pelas comunidades, de forma a subsidiar a revisão de normas sobre o acesso; (ii) definição de estratégias para manejo e conservação ex situ e in situ; (iii) o desenvolvimento de iniciativas de difusão de informações e tecnologias para o manejo, uso dos recursos genéticos. (IV) desenvolver atividades voltadas para os estudos prospectivos e investigações científicas sobre a conservação e o uso sustentável dos recursos faunísticos. (V) fiscalização e controle para a proteção, conservação e uso sustentável de espécies vegetais nativas, envolvendo prioritariamente as espécies ameaçadas de extinção, bem como as espécies com potencial de uso econômico, como as ornamentais, medicinais, aromáticas, alimentícias, entre outras, por intermédio de mecanismos, procedimentos e normas de controle sobre seu acesso, exploração, beneficiamento e comercialização, pelo aumento de seu sucesso reprodutivo na natureza, pelo resgate dos recursos genéticos e implementação de estratégias de conservação in situ e ex situ, e pelo uso sustentável, promovendo a conservação de ecossistemas para a garantia da manutenção de seus habitats naturais.</p>

UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros (CONFORME SIGPLAN) o corretor seria: Diretoria de Conservação da Biodiversidade
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcelo Marcelino de Oliveira
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Espécie conservada)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	500.000,00	481.268,00	96,25
FÍSICA	350	326	93,14

2.3.5.5 Ação 4969 – Controle, Monitoramento, Triagem, recuperação e destinação de Animais Silvestres

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Dar destino aos animais apreendidos em ações fiscalizatórias ou resgatados de áreas de empreendimentos com supressão de vegetação, favorecendo o seu bem estar, a sua manutenção em cativeiro de forma adequada e ética e a sua reintegração aos ambientes originais tendo como diretriz básica a conservação e a manutenção da integridade das populações nativas. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Tráfico de Animais Silvestres recomendou a adoção de medidas que visem maior controle sobre os animais silvestres cativos a serem destinados pelo Ibama, evitando assim o fomento ao tráfico de animais silvestres.
DESCRIÇÃO	Criação de uma infra-estrutura de Centros de Triagem (Cetas) para controle e manutenção apropriada dos animais apreendidos ou entregues pela população; elaboração e definição de diretrizes e estratégias para fiscalização e destinação apropriada de espécies silvestres retiradas de seu meio natural; viabilização da destinação de animais originários de empreendimentos com supressão de vegetação ou acidentes ambientais tais como os decorrentes de atividades de petróleo, industriais e agropecuários; fornecimento de animais aptos a serem integrados em projetos de conservação da espécie ou para servir como matrizes e reprodutores em criadores e zoológicos; fornecimento de animais a centros de pesquisas; elaboração, avaliação e revisão das normas sobre os procedimentos para a destinação e manejo de espécies apreendidas; articulação com outros setores da sociedade.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros (CONFORME SIGPLAN) o corretor seria: Diretoria de Conservação da Biodiversidade
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcelo Marcelino de Oliveira
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Animal recuperado)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	727.149,00	656.535,00	90,29
FÍSICA	100	117,50	117,50

2.3.5.6 Ação 6007 - Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	<p>Controlar populações de animais e vegetais silvestres, nativos ou exóticos e de espécies da fauna doméstica em estado asselvajado, no meio natural ou alterado, que estejam em situação de descontrole ou em desequilíbrio populacional, assim como orientar o manejo e o controle de fauna sinantrópica (animais que se beneficiam das modificações ambientais efetuadas pelo homem).</p> <p>Promover o monitoramento das espécies vegetais e animais invasores, evitando a sua proliferação, minimizando, dessa forma, o impacto sobre os ambientes naturais e as espécies da flora e fauna nativas.</p>
DESCRIÇÃO	<p>Implementação de ações de monitoramento, contenção de expansão de populações em território nacional, controle e erradicação de populações estabelecidas da fauna e da flora exótica, desenvolvimento de estudos de sua ecologia, definição de métodos de controle e de procedimentos e normas de controle de introdução e manejo que evitem e minimizem seus impactos sobre os ambientes naturais, sobre as espécies autóctones em especial sobre as ameaçadas de extinção. Diagnóstico e plano de manejo de espécies problemáticas, articulação com outros setores da sociedade, elaboração, avaliação e revisão das normas sobre os procedimentos para a destinação, manejo e controle de espécies sinantrópicas.</p>
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Secretaria de Biodiversidade e Florestas (CONFORME SIGPLAN)
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcelo Marcelino de Oliveira

UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Espécie manejada)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	900.000,00	867.921,00	96,44
FÍSICA	10	12	120

Os resultados da execução das seis ações acima estão a seguir descritos, foram realizadas atividades transversais às ações, impossibilitando a apresentação individualizada.

Ressalta-se ainda que os CETAS – Centros de Triagem de Animais Silvestres ficaram no IBAMA, apesar de alguns deles localizarem-se fisicamente em estruturas do ICMBio, e terem recebido apoio direto dos técnicos do instituto para a realização de suas atividades, alcançando e superando suas metas.

Manejo para a Conservação

O macro processo “Conservação e Manejo” é derivado da Ação “Conservação de Espécies Ameaçadas” que vinha sendo desenvolvida pela Coordenação Geral de Espécies Ameaçadas – CGESP. Este macro processo tem como objetivo o desenvolvimento de ferramentas de gestão da biodiversidade voltadas para a redução do impacto de diversas atividades humanas sobre as espécies. Em particular este processo enfoca as espécies ameaçadas de extinção (IN MMA nº 3/2003 e nº 5/2004). Temos 633 espécies ameaçadas de extinção, sendo que uma pequena proporção delas está sendo trabalhada em programas de conservação. Os principais instrumentos desenvolvidos são a lista de espécies ameaçadas e os planos de ação para a conservação destas espécies. Ao final de 2008 adicionou-se a modelagem de informações sobre as espécies de forma se buscar traçar prognósticos sobre o estado de conservação da biodiversidade visando o acompanhamento do seu estado de conservação.

Avaliação da conservação da biodiversidade

Este processo tem como missão a elaboração e a revisão das listas de espécies ameaçadas e atualização do livro vermelho de espécies ameaçadas.

Foram estabelecidas as seguintes etapas para gerar os produtos esperados para este processo:

Organizar e secretariar as reuniões do Grupo Assessor Técnico para Revisão da Lista de Espécies Ameaçadas;

Estabelecer parcerias para revisar os grupos que não possuem centros;

Elaborar e coordenar a implementação do projeto orçamentário para revisão taxonômica e sistemática;

Supervisionar a validação dos dados inseridos no SISTAXON; .

Organizar reunião de uniformização de uso dos critérios IUCN e uso do SINEA (Sistema para categorização do Estado de Conservação das Espécies);

Supervisionar os foros virtuais de discussão; Organizar os eventos de definição técnica da lista;

Consolidar o relatório técnico final da lista de espécies ameaçadas de extinção;

Preparar o livro vermelho de espécies ameaçadas de extinção.

Elaboração e Implementação de Planos de Ação

Este processo foi o segundo a ser modelado em 2008, tendo gerado uma estrutura de ação institucional onde participam do processo tanto a coordenação (Sede) quanto os centros de pesquisa e conservação. Os Planos de Ação (PdA) podem ter caráter regional ou temático ou serem nacionais (PAN).

Tendo como objetivo coordenar a elaboração, articular a implementação, acompanhar e ajustar os Planos de Ação (incluindo planos de conservação na natureza e em cativeiro); articular ações de fiscalização/proteção; adequar Planos de Manejo de UC inserindo ações para conservação de espécies ameaçadas que ocorrem nas UC; auxiliar na elaboração de Planos de Manejo de UC federais.

Considerando que este processo é bastante trabalhoso, resolveu-se por subdividi-lo em duas divisões: 1) Elaboração de Planos de Ação e 2) Implementação de Planos de Ação.

Assim, os objetivos específicos destes processos passaram a ser:

Elaboração de Planos de Ação: a) Planejamento dos grupos taxonômicos/ temáticos - priorização da elaboração de Planos de Ação; b) Definição de roteiros para elaboração de Planos de Ação de espécies ameaçadas, invasoras, áreas de interesse especial e temas (ameaças); c) Definir a priorização das reuniões dos grupos assessores para elaboração de Planos de Ação; d) Oficialização dos Planos de Ação.

Implementação de Planos de Ação: a) Análise das ações atribuídas ao ICMBio para implementação na natureza e em cativeiro; b) Criação dos grupos assessores estratégicos; c) Definir a priorização das reuniões dos grupos assessores para implementação de Planos de Ação.

A Coordenação responsável por este processo gerou em 2008 como produtos três novos planos de ação, compondo os volumes 5, 6 e 7 da Série Espécies Ameaçadas (SEA), publicada pelo ICMBio em conjunto com o MMA:

- 1) Plano de Ação Nacional para a Conservação de Aves de Rapina,
- 2) Plano de Ação para a Conservação do Mutum-de-Alagoas,
- 3) Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Galliformes.

Além dos três Planos mostrados acima, também foi elaborado o “Plano de Ação Emergencial para Conter a Captura de Botos na Pesca da Piracatinga”. Este foi elaborado em virtude de uma pressão nova sobre uma espécie que havia saído da lista nacional de espécies ameaçadas e que poderá voltar a figurar nela caso nada seja feito para reduzir ou parar completamente a captura de botos para serem utilizados como isca na pesca da piracatinga.

Os planos de ação que já haviam sido publicados anteriormente na Série Espécies Ameaçadas vêm sendo implementados por diversos atores do governo e da sociedade e monitorados por meio dos grupos assessores do ICMBio. São estes: Mutum-do-sudeste (Vol. 1), Albatrozes e Petréis (Vol. 2), Pato-mergulhão (Vol. 3), Arara-azul-de-lear (Vol. 4). Outros planos publicados em formatos diversos também vêm sendo acompanhados no âmbito do processo Planos de Ação, como o de Carnívoros (CENAP/ICMBio), Micos-leões (PHVA-3, Grupo assessor Internacional de micos-leões), Lobo-guará (CENAP/ICMBio). Além destes o ICMBio colaborou na elaboração do “Plano de Ação para a Conservação do Soldadinho- do-Araripe (*Antilophia bokermani*)” elaborado em conjunto com Aquasis, SAVE Brasil, Birdlife, IBAMA e OAP.

Vários outros Planos de Ação estão em elaboração em conjunto com uma grande gama de pesquisadores (cerca de 500) e de instituições. Os Planos de Ação abaixo indicados com asterisco a frente foram elaborados em atendimento aos editais do FNMA e PROBIO/MMA.

Aves

Papagaios, 1º sem/2009,

*Papagaio-chauá (*Amazona rhodocorytha*) (Idéia Ambiental)

Ararinha-azul, 1º sem/2009

Arara-azul-grande, 2º sem/2009

*Bacurau-do-rabo-branco (*Eleotreptus candicans*) (FECT)

Aves campestres do cone sul (*Numenius borealis*, *Tryngites subruficollis*, *Xanthopsar flavus*, *Polystictus p. pectoralis*, *Alectrurus risora*, *Alectrurus tricolor*, *Sporophila zelichi*, *Sporophila palustris*, *Sporophila cinnamomea*, *Sporophila hypochroma*, *Sporophila ruficollis*)

Insetos

Lepidópteros, 1ºSem/2009

*Formiga *Dinoponera lucida* (Inst. Dríades)

Mamíferos

Muriquis, 2º sem/2009

*Macaco-prego-de-peito -amarelo, *Cebus xanthosternus* (IESB)

Mamíferos aquáticos (3ª Ed.), 2º sem/2009

*Toninha (*Pontoporia blainvillei*) (CECLIMAR-UFRGS, FIOCRUZ, Instituto Terra & Mar, MORG/FURG, LBA/UENF)Cervídeos, 1º sem/2009

Roedores e marsupiais, 1º sem/2009

*Ouriço-preto (*Chaetomys subspinosus*) (Inst. Dríades)Xenarthra, 2º sem/2009 *Morcego *Lonchophylla dekeyseri*

Répteis

Tartarugas marinhas, 1º sem/2009

Pesquisa e Monitoramento

O Macro processo Pesquisa e Monitoramento tem como o objetivo o fomento e a geração de conhecimento para a conservação da biodiversidade e gestão de unidades de conservação, por meio da execução de pesquisas, para responder a demandas específicas; e por meio da geração contínua de informações sobre a biodiversidade, visando o monitoramento do seu estado de conservação.

Fomento e execução de pesquisa para conservação da biodiversidade, com ênfase nas espécies ameaçadas e gestão de UCs:

A. Indução de pesquisas referentes às lacuna de conhecimento

1. Identificação das demandas de pesquisa em 12 UCs do Bioma Marinho -Costeiro e 9 UCs do Bioma Caatinga e do levantamento existente referente ao Bioma Cerrado e Pantanal:

BIOMA	TEMA
CAATINGA	Inventário biológico
	Meio físico
	Espeleologia
	Pressões e usos da biodiversidade
	Arqueologia
MARINHO E COSTEIRO	Recuperação de áreas degradadas
	Ordenamento e gestão da pesca
	Monitoramento da qualidade ambiental
CERRADO E PANTANAL	Manejo de espécies exóticas e/ou invasoras
	Distribuição, inventário e dinâmica populacional de espécies ou grupo de espécies chave da fauna e flora para o manejo e monitoramento da biodiversidade em unidades de conservação
	Impacto da visitação pública na biodiversidade e nos ecossistemas em unidades de conservação
	Manejo de espécies exóticas invasoras em unidades de conservação

¹ As linhas de pesquisa foram obtidas a partir do preenchimento de questionários e reuniões realizadas com os chefes/responsáveis pela pesquisa nas UCs integrantes deste projeto em 2007.

2. Diagnóstico Preliminar da Capacidade de apoio às pesquisas nas UCs: realizado por meio de questionário eletrônico enviado a todas as UCs, cujos resultados abaixo representa o universo de 50 unidades que responderam até 02 de dezembro de 2008:
3. Implementação do PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – no ICMBio, com a concessão de 14 bolsas envolvendo 7 Centros de Pesquisa e Conservação e 3 UCs;
4. Assinatura e início da implementação do PROBIO II – Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade com recursos de doação do Banco Mundial/GEF;
5. Assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica para execução dos projetos de conservação marinha no âmbito da Carteira Fauna Brasil, uma parceria entre ICMBio, IBAMA, FUNBio e Ministério Público Federal.

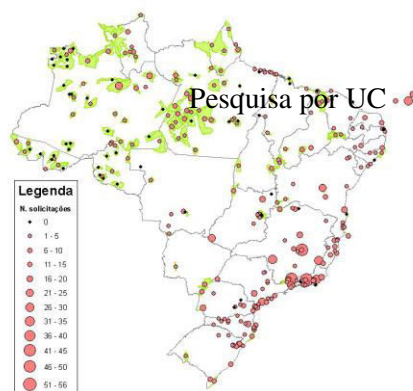
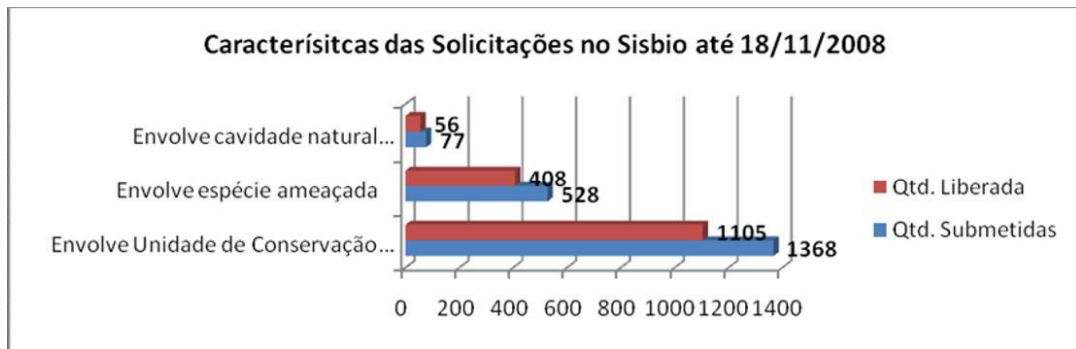
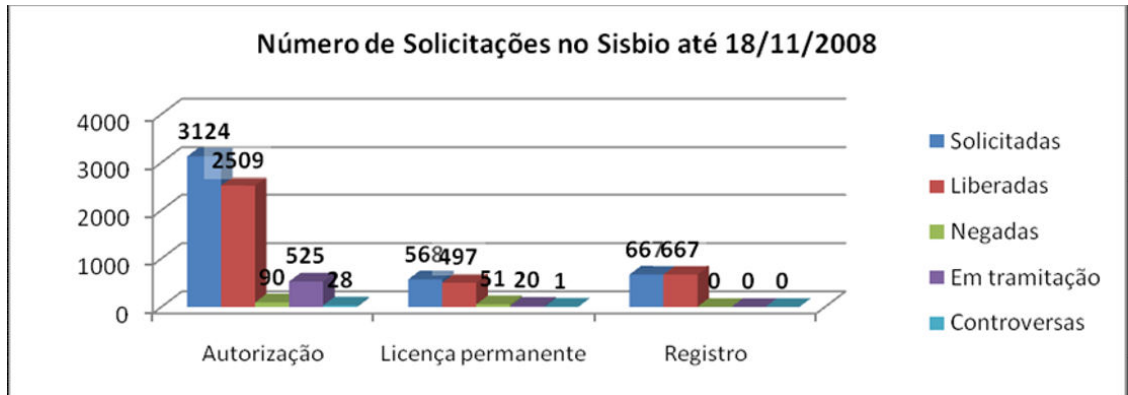
B. Realização de Pesquisa pelos Centros Especializados:

1. Os 11 Centros de Pesquisa e Conservação atuam em todo o território nacional na geração do conhecimento aplicado à conservação de espécies. Foram realizadas dezenas de expedições científicas visando a geração de conhecimento sobre primatas, carnívoros, espécies da flora, répteis, anfíbios, tartarugas marinhas, aves, peixes, cavernas e mamíferos aquáticos. Entre as espécies trabalhadas estão mais de 34 espécies ameaçadas de extinção.

Gestão da Informação/Disseminação do conhecimento

- a) Implementação e gerenciamento do SISBIO (Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade) e normas vinculadas;

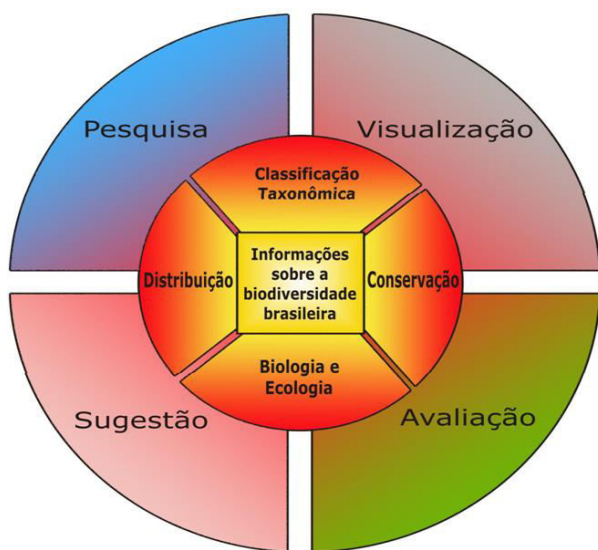
Análise e deliberação sobre mais de 8.500 solicitações, envolvendo 10.345 pesquisadores (titulares e membros de equipe) e 686 servidores do ICMBio (pareceristas e homologadores):



Fonte: Balance SISBIO: 18/11/2008

- i) Finalista no 13º Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal, realizado pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP;
- ii) Adequação tecnológica à Portaria MMA nº 236/08, que atribui ao ICMBio a gestão do SISBIO;
- iii) Adequação da IN IBAMA 154/07 para Instrução Normativa do ICMBio;
- iv) Resgate do Comitê de Assessoramento Técnico – CAT – do SISBIO;
- v) Revisão das normas presentes na IN IBAMA 154/07 e submissão à apreciação do CAT – SISBIO;
- vi) Desenvolvimento do Módulo Relatório, para entrada de dados do resultado das pesquisas;

b) Implementação e gerenciamento do SISTAXON (Sistema de Informação Taxonômica);



Desenvolvimento do documento de visão do SISTAXON, um sistema unificado de informações sobre os táxons de ocorrência no Brasil, incluindo classificação taxonômica, distribuição, biologia, ecologia e conservação. Este sistema deverá oferecer aos centros de pesquisa e conservação, às Unidades de Conservação, às Coordenações e Diretorias do ICMBio e à comunidade científica, um modelo interativo e simplificado de pesquisa baseada na literatura científica, compilação, armazenamento e gestão de informações, por meio da Internet, pelo qual será possível consultar, avaliar e inserir dados e informações relativas à biodiversidade brasileira.

Figura. Escopo do SISTAXON.

c) Diagnóstico dos sistemas de informação em biodiversidade do ICMBio e proposição de integração destes com sistemas afins do IBAMA e MMA;

i) Criação de Grupo de Trabalho sobre Sistemas de Informações em Biodiversidade, que identificou 32 sistemas e banco de dados passíveis de integração, que tratam de diversas informações, como apresentado na tabela abaixo.

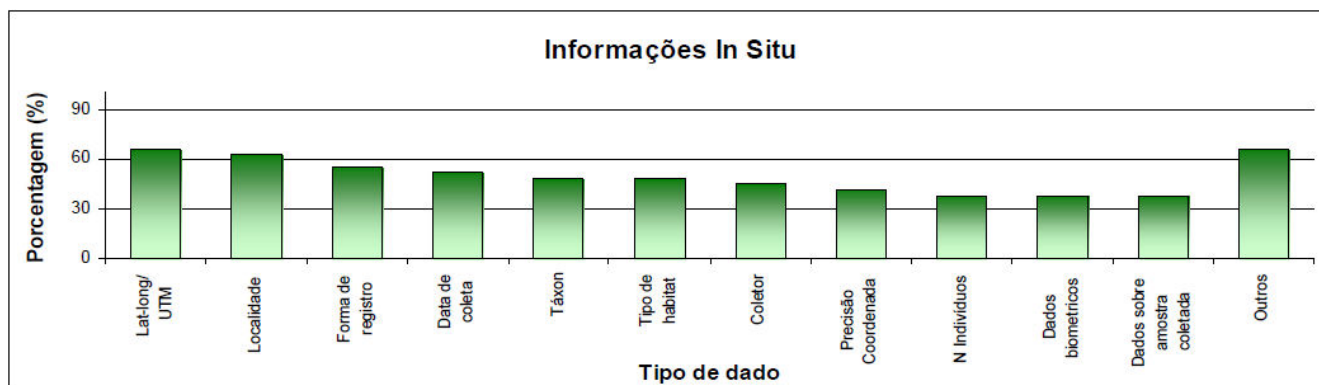


Figura. Informações essenciais nos sistemas e bancos de dados analisados.

ii) Proposição de sistema de dados para integração:

A partir do diagnóstico feito pelo GT foi possível selecionar e priorizar o tipo de informação a ser incorporada num sistema integrador, bem como o formato e padrão a ser utilizado.

d) Apoio à política de acesso a periódicos científicos

i) Negociação com a CAPES de um contrato de acesso a duas coleções, ou bases de periódicos científicos em texto completo para o ano de 2009: (1) BioOne: Base de dados com mais de 82 periódicos abrangendo Ciências Biológicas, Ecologia, Meio Ambiente, Zoologia e Genética; e (2) Springer Verlag & Kluwer: Coleção multidisciplinar de 1329 publicações periódicas, com ênfase nas áreas de Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra.

2.3.6 Programa 0511 – Gestão da Política de Meio Ambiente

TIPO DE PROGRAMA	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
OBJETIVO GERAL	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
GERENTE DO PROGRAMA	Izabella Mônica Vieira Teixeira
GERENTE EXECUTIVO	
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	MMA
INDICADORES OU PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	NAO POSSUI
PÚBLICO ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Governo

2.3.6.1 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
DESCRIÇÃO	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Secretaria-Executiva (Conforme SIGPLAN)
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Não há coordenador vinculado
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUCAO/PREVISAO %
FINANCEIRA	12.677.901,00	12.613.027,00	99,49
FÍSICA			

As realizações apoiadas por esta Ação GAP do Programa de Gestão da Política do Meio Ambiente estão espelhadas nos diversos resultados apontados nas outras Ações, mas pode-se destacar algumas realizações institucionais apoiadas:

Para a realização do Planejamento Estratégico foram realizadas as seguintes atividades:

Foram realizadas 42 entrevistas individuais, 4 entrevistas em grupo (35 pessoas), visitas/contatos a 21 UCs e centros, conferências virtuais (436 pessoas de 194 unidades), oficinas com servidores e consolidação da sondagem, levantamento e análise de dados e atualizações para o estudo comparado de sistemas de conservação, 4 oficinas de planejamento estratégico com o corpo gerencial, 6 oficinas de validação externa do estudo de sustentabilidade financeira, 3 oficinas de modelagem financeira com o corpo gerencial e direção e 9 oficinas de planejamento estratégico com dirigentes do ICMBio.

Articulação Institucional:

Foram realizadas reuniões e parcerias com órgãos diversos a fim de inserir o ICMBio no contexto de programas e ações relevantes e compatíveis com sua missão institucional, dentre os quais destaca-se:

Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco: Integração com a equipe de Coordenação do Programa, resultando na concessão de recursos para execução de dois novos projetos, a saber: 1) **Projeto de Conservação da Onça Pintada:** visa subsidiar, por meio de informações da ecologia de onça-pintada na caatinga, o planejamento e manejo de uma rede de unidades de conservação que garantam a preservação de uma população mínima viável da espécie e, conseqüentemente, a conservação da biodiversidade do bioma caatinga, na região do sub-médio do São Francisco; 2) **Projeto de Monitoramento da Biodiversidade da Bacia do São Francisco:** visa monitorar a biodiversidade na Bacia do São Francisco para definir alvos de ação para as políticas de conservação e subsidiar a avaliação da efetividade dessas políticas.

Cadastro Nacional de Unidades de Conservação: Nos meses de maio a julho foi realizada a atualização dos dados cadastrais das Unidades de Conservação e disponibilizados via internet para consulta dos interessados, com o objetivo de manter e divulgar informações.

Cooperação Internacional:

Dada a realidade do ICMBio possuir 41 Unidades de Conservação em área de fronteira internacional e contar com 15 Institutos de Pesquisas, o assessoramento para assuntos internacionais conta tanto com atividades de rotina administrativa como de acompanhamento político de temas e articulação junto ao Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Relações Exteriores. Em novembro de 2008 o setor começou a ser repensado com vistas à sua otimização.

De julho a dezembro de 2008 foram realizadas 14 viagens internacionais por servidores do ICMBio, sendo que 11 autorizações para viagens de serviço e 03 para fins de capacitação.

Dentre as viagens de serviço destacamos a participação em importantes eventos de cunho técnico e científico como a Nona Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, 32ª Sessão do Comitê da Convenção do Patrimônio Mundial / UNESCO, Terceira Reunião da Iniciativa para Espécies Migratórias do Hemisfério Ocidental – WHMSI, consulta da FAO sobre a Conservação das Aves Marinhas, Discussão Global sobre a Escala de Prioridades para a Conservação das Tartarugas Marinhas – MTSG (Centro Treinamento Nacional em Conservação – NCTC) e eventos técnicos relacionados à conservação de Albatrozes e Petréis.

O ICMBio esteve representado no “Seminário sobre Celebração de Atos Internacionais, promovido pela Secretaria de Estado das Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, na Reunião de Avaliação das Atividades de Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação ocorridas no ano de 2008 e em reuniões preparatórias de cunho técnico promovidas pelo mesmo Ministério, sempre em parceria com a Assessoria Internacional do Ministério do Meio Ambiente. O ICMBio participou também oficialmente das atividades do Comitê de Fronteira Brasil/Argentina e das discussões do Comitê de Fronteira Brasil-Guiana.

A França foi objeto de especial parceria para o Instituto que tem acompanhado os trabalhos que culminaram com a assinatura, em dezembro de 2008, do “Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica para a Criação do Centro Franco Brasileiro da Biodiversidade Amazônica”, bem como o “Protocolo de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável do Bioma Amazônico”. Ainda com a França, por intermédio da Guiana Francesa, várias atividades foram desenvolvidas pelo Parque Nacional do Cabo Orange em conjunto com o Parc Naturel Regional de la Guyane e outros órgãos dos dois países no sentido de fiscalização em zona de fronteira e cooperação entre as duas unidades de conservação.

2.3.6.2 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
DESCRIÇÃO	Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (conforme SIGPLAN) o correto seria DIPLAN
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Silvana Canuto Medeiros
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente

COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	
--	--

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Servidor capacitado)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUCAO/PREVISAO %
FINANCEIRA	1.000.000,00	961.222,00	96,12
FÍSICA	500	392	78,40

O macroprocesso Gestão de Pessoas tem como objetivo implementar um conjunto de práticas e políticas integradas que se destinam ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores do ICMBio, alinhado à missão e aos objetivos institucionais, visando agregar, aplicar, avaliar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar o capital humano por meio de ações éticas e responsáveis orientadas para os resultados da instituição.

Administração de Pessoal e Qualidade de Vida

Ações relevantes realizadas em 2008:

- Elaboração das Portarias de Redistribuição dos servidores do ICMBio;
- Migração da folha de pagamento dos servidores do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – MAI/2008;
- Elaboração do contrato que viabilizou a manutenção da assistência médica aos servidores redistribuídos no Plano de Saúde original/sem carência (GEAP);
- Tratativas para manutenção dos serviços prestados pelo Banco do Brasil e novo contrato com a Caixa Econômica Federal - CEF (empréstimos, consignações e para compra de imóveis);
- Tratativas com o CESPE para viabilização do Concurso Público 175 vagas;
- Concurso Interno de Remoção – CIR 2008;
- Contrato com o CIEE para concessão de estágio;
- Migração das Sentenças Judiciais de anuênios para base administrativa do SIAPE;
- Cadastramento de dependentes (+ 3.500) para fins de liberação do recurso orçamentário 2009 (per capita do plano de saúde) – Exigência da SRH/MP – OUT/2008;
- Averbação do tempo de serviço dos servidores que recebem abono permanência – Exigência cumprida no mês de agosto/2008 – SRH/MP.

Educação Corporativa

A partir de agosto de 2008 a Capacitação passou a atuar como Educação Corporativa, planejando e trabalhando um conjunto de práticas educacionais continuadas para promover o desenvolvimento do servidor, tanto a nível pessoal quanto profissional, de modo a contribuir com uma atuação mais efetiva e eficaz na sua vida institucional e pessoal.

Este arranjo deve-se à nova forma organizacional do Instituto, que se fundamenta em macroprocessos, ou seja, conjunto de processos interligados e integrados ao planejamento estratégico do ICMBio cuja primeira fase já se concluiu.

Atividades desenvolvidas pela Educação Corporativa: celebração de parcerias (Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF e Universidade de Brasília - UnB), visitas técnicas para conhecer outras experiências (Banco do Brasil, AGU e CEF), normatizações, cursos de fiscalização, pareceres para afastamentos em eventos de capacitação, construção dos espaços de comunicação e de formação a distância, elaboração do Manual de Capacitação que estabelece regras para afastamentos para participação em eventos de capacitação de curta, média e longa duração, elaboração da Política de Desenvolvimento de Pessoas, do processo de atualização cadastral dos servidores do ICMBio que servirá de base para a construção do Banco de Talentos, mapeamento e formulação do Plano Anual de Capacitação para 2009, formação do grupo de estudos internos, criação do portal do conhecimento, criação do informativo da Educação Corporativa, planejamento dos cursos de formação de gestores e dos novos analistas que ingressarem por meio do concurso público e proposta de portaria que normatiza o pagamento de hora/aula para instrutores.

A concretização de tudo isso é uma conquista coletiva que contou com a participação de representantes de todas as diretorias e do exercício cotidiano da socialização das informações e da tomada de decisão de forma democrática e participativa, baseando-se em reuniões internas das Linhas de Ação, com as diretorias, com o Comitê de Capacitação e com o Conselho de Diretores.

A equipe da Educação Corporativa desenvolveu ao longo do período de 02 de janeiro a 30 de dezembro de 2008, 34 eventos de capacitação.

2.3.6.3 Ação 6037 - Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Fortalecer e aprimorar a estrutura de fiscalização do IBAMA para o efetivo cumprimento de suas funções regimentais e aplicação de penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à conservação dos recursos ambientais ou correção da degradação ambiental, nos termos da legislação em vigor.
DESCRIÇÃO	Revisão de procedimentos, equipar, informar e instrumentalizar as unidades descentralizadas de fiscalização do IBAMA, disponibilizando meios necessários à execução das ações de controle e fiscalização. Identificar, consolidar, integrar, atualizar e disponibilizar bases de dados e informações obtidas a partir destas para otimizar e subsidiar as ações de controle e fiscalização. Expandir as ações de controle e fiscalização ambiental em aeroportos, portos, plataformas petrolíferas com suas instalações de apoio, dutos, bacias, navios, pólos industriais e locais sujeitos à possibilidade de acidentes / incidentes por derramamento de petróleo e de seus derivados. Adequar os procedimentos, desenvolver habilidades do quadro de agentes e operacionalizar o controle e a fiscalização em áreas específicas e estratégicas como cadeias produtivas que utilizam recursos naturais, redes de tráfego de animais silvestres e áreas relacionadas a emergências ambientais envolvendo a atividade petrolífera.

UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Diretoria de Unidades de Conservação e Proteção Integral
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Paulo Fernando Maier Souza
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Unidade fortalecida)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	2.150.342,00	2.120.339,00	98,60
FÍSICA	100	97	97

PROTEÇÃO

Fiscalização

A estruturação dessa área teve como mote a promoção de uma mudança no modelo de proteção e fiscalização das UCs. Diante disso, foi construída uma nova concepção da ação de proteção ambiental, baseada nas seguintes premissas:

- Aumento da presença institucional, e conseqüentemente da densidade de pessoal do ICM-Bio nas unidades de conservação;
- Fortalecimento das equipes fiscalizatórias locais, por meio do aumento da autonomia das unidades já estruturadas e apoio às unidades em processo de estruturação;
- Continuidade das ações de proteção e fiscalização nas UCs;
- Criação de uma academia para capacitação de todos os atores públicos envolvidos na proteção.

Neste sentido, foi empreendido grande esforço institucional visando o fortalecimento do aparato de proteção do ICMBio. Foram desenvolvidas ações de capacitação, operações de fiscalização ambiental, revisão e elaboração de procedimentos normativos afetos à área de proteção ambiental, como a aquisição de equipamentos e de materiais controlados, dentre outras ações, apresentando os resultados a seguir descritos.

Em relação à Normatização de procedimentos e processos afetos à proteção ambiental, foram adotadas as seguintes providências:

- Publicação da portaria de designação dos agentes de fiscalização do ICMBio – Portaria n° 52/2008, e posteriores inclusões;
- Criação e publicação do Regulamento Interno de Fiscalização do ICMBio – Portaria n° 44/2008;
- Revisão do Decreto n° 3.179/99, com a apresentação à Procuradoria Federal de propostas incluídas no novo Decreto n° 6.514/08;
- Criação do Comitê de Proteção Ambiental do ICMBio, com o seu respectivo regimento interno;
- Revisão dos modelos de formulários de fiscalização, com apresentação de proposta atualmente em análise pela Procuradoria Federal.

A partir do segundo semestre de 2008, foram realizadas 31 (trinta e uma) Operações de fiscalização nas Unidades localizadas em todas as regiões do país. Essas operações envolveram 306 profissionais, dentre servidores e parceiros. Ressalta-se as parcerias com agentes externos na execução das ações fiscalizatórias, destacando-se a participação do Ibama, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, dos Batalhões de Polícia Militar Ambiental e dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente. Dentre as operações realizadas, destacam-se:

- Operação Quelônios, ocorrida na Reserva Biológica Abufari / AM, que promoveu uma atuação conjunta de fiscais de várias Unidades e de servidores do RAN. Foram executadas ações de vigilância das praias locais e inibição da caça predatória, culminando com o nascimento recorde de 300 (trezentos) mil quelônios.
- Operação Boi Pirata, ocorrida na Estação Ecológica Terra do Meio / PA, que apresentou como principal resultado a retirada controlada de mais de 20 (vinte) mil cabeças de gado da UC.
- Operação Sempre Vivas, ocorrida no Parque Nacional Sempre Vivas / MG, que empreendeu ações de desmobilização de áreas de mineração e de extração de madeira para carvoarias.

Foi criado um Grupo de Trabalho conjunto ICMBio / IBAMA para revisar e redefinir o Programa de Voluntariado no âmbito das UCs federais. Esta etapa foi concluída e definiu-se como desdobramento ao ICMBio para 2009 implementar o referido programa com base nas suas diretrizes e necessidades.

Foram elaborados e revisados os Planos de Proteção de 15 UCs e realizadas diversas reuniões técnicas para iniciar o processo de elaboração de planos de proteção a serem concluídos em 2009. Essa ação tem caráter continuado. A meta é de que todas as UCs tenham o seu plano de proteção elaborado.

Foi procedida a emissão de carteiras de fiscalização e portes de arma para o pessoal operacional, após a devida aferição de capacidade psicológica e técnica dos agentes de fiscalização. Este procedimento garante a identificação funcional dos agentes de fiscalização em operações e o acesso ao uso de armamento.

Ainda neste exercício, foi feita a aquisição e distribuição de material controlado e equipamentos de segurança para os agentes de fiscalização do Instituto, incluindo armamento, munição e coletes balísticos. Diante da responsabilidade institucional de garantir a proteção individual de seus servidores, tal procedimento apresenta como resultado a regularização e o incremento da estrutura de segurança no âmbito das Unidades do ICMBio.

Prevenção e controle de incêndios

Em 2008, iniciou-se o processo de estruturação da área de prevenção, atendimento e combate a incêndios florestais e emergências ambientais no Instituto, com resultados previstos para 2009.

Como parte desse processo, foram realizadas as seguintes atividades:

- Realização de Operações de combate a incêndios florestais, destacando-se a ocorrida no Parque Nacional Chapada Diamantina / BA, em novembro de 2008.
- Contratação de aeronaves para apoio às ações de combate a incêndios florestais.

2.3.7 Programa 0750 – Apoio Administrativo

TIPO DE PROGRAMA	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
OBJETIVO GERAL	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
GERENTE DO PROGRAMA	
GERENTE EXECUTIVO	
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	SPI – Min. Planejamento
INDICADORES OU PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	NÃO POSSUI
PÚBLICO ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Governo

2.3.7.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
DESCRIÇÃO	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de</p>

	passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Silvana Canuto Medeiros
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	185.946.314,00	170.220.169,00	85,88
FÍSICA			

As atividades promovidas para melhoria da gestão, como as grandes licitações nacionais, estão descritas no item 2.2 da Estratégia de atuação da unidade. Destacam-se abaixo detalhes da execução dos contratos nacionais e outras iniciativas da administração:

Fornecimento de combustível e manutenção de veículos e embarcações: em julho de 2008 foi contratada a empresa Ticket para, de forma automatizada, fornecer crédito às unidades do ICMBio, por meio de cartão individual para o condutor e para o veículo, a fim de que possam utilizar dos referidos serviços. Até o final de 2008, **186 unidades** já possuíam os respectivos cartões, **820 veículos** e **392 embarcações** já estavam cadastrados.

Passagens aéreas: em fevereiro de 2008 foi contratada empresa de grande porte para prestação de serviços de emissão de passagens aéreas para todos os servidores do ICMBio, requisito básico para otimizar a implantação a nível nacional do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal. Foram emitidas **1.849 passagens** para servidores do Instituto.

Serviços Postais e Malote: os contratos foram assinados em abril, a fim de viabilizar a todas as unidades a utilização dos serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Até o final de 2008, **241 unidades** já possuíam cartões próprios e estavam aptas a utilizá-los.

Além dos contratos acima mencionados, foram ainda realizadas, pela UGE da sede, **113 licitações** nas modalidades de pregão eletrônico, registro de preços, dispensa e inexigibilidade, a fim de suprir as unidades descentralizadas e a sede do ICMBio dos meios necessários para o pleno desenvolvimento de suas atividades institucionais.

No final de 2008, considerando os contratos já existentes e os que vieram a ser firmados, o Instituto Chico Mendes possuía **122 unidades de conservação e 09 centros de pesquisa** beneficiados com contratos de vigilância; **90 unidades de conservação e 10 centros especializados** utilizando contratos de limpeza e conservação, além de **52 unidades de conservação e 12 centros de pesquisa** atendidos por contratos de apoio administrativo, técnico e operacional.

Foram realizadas diversas conferências virtuais (Skype) com todas as **Unidades Avançadas de Administração e Finanças UAAF's** envolvidas, UCs e Centros com o intuito de promover o nivelamento e orientações necessárias para a melhor execução das atividades administrativa e financeira.

Foram ainda realizadas reuniões presenciais da equipe da DIPLAN e representantes das demais diretorias com as UAAF's da Flona de Ipanema, PN Iguaçu, PN Itatiaia, PN Serra dos Órgãos, RAN, CEPERG e CEP SUL visando integração das equipes, divulgação da metodologia e esclarecimentos diversos sobre questões administrativas.

Essas iniciativas de criação e fortalecimento das UAAF's representaram passo importante para a desvinculação do suporte antes prestado pelas superintendências do IBAMA, de forma a consolidar o ICMBio como entidade capaz de prover os bens e serviços necessários para que suas unidades vinculadas.

Foi implementada ainda, a iniciativa de tratar corretamente a documentação do Instituto, por meio da constituição de uma equipe técnica a fim de implantar a Política de Gestão Documental. A equipe iniciou os trabalhos em novembro traçando um objetivo visionário e totalmente factível, que dará maior celeridade e eficiência ao desenvolvimento das atribuições que dependem da informação.

Tecnologia da Informação

Realizações:

- Desenvolvimento e publicação do sítio do ICMBio www.icmbio.gov.br, com a implementação de sub-sítios de diversas Unidades de Conservação e Centros Especializados;
- Desenvolvimento da Intranet do ICMBio <http://intranet.icmbio.gov.br>;
- Desenvolvimento de aplicativo de banco de dados para automatização do processo destinado ao controle e acompanhamento do Concurso Interno de Remoção;
- Implementação do correio eletrônico em ferramenta desenvolvida em Software Livre denominada Expresso <http://correiolivre.icmbio.gov.br>;
- Contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, para prestação de serviços de Infovia, Consultoria, Datacenter, suporte operacional e tecnológico;
- Configuração de rede e equipamentos de informática e comunicações;

Projetos em andamento:

- Migração do sítio do ICMBio para a ferramenta de software livre denominada Plone;
- Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;
- Elaboração do Modelo de Serviços de Rede Local; .
- Migração do Sistema de Biodiversidade – SISBIO, do ambiente da Embratel para o SERPRO;
- Implantação do Sistema de Taxonomia – SISTAXON, no ambiente do SERPRO.

Finanças e Arrecadação

No ano de 2008 foram iniciados os trabalhos nas áreas de finanças e arrecadação, tanto a composição da equipe, como a gestão dos processos referentes a estas áreas. A área de finanças foi subdividida em Pagamento, Contabilidade e Acompanhamento de Prestações de Contas, enquanto que a área de arrecadação em Receita e Cobrança.

SCDP – Sistema de Concessão de Diárias Passagens

No ano de 2008 foi implantado o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP na sede do ICMBio, atendendo a recomendação do Ministério do Planejamento quanto à utilização de Diárias e Passagens exclusivamente por meio do sistema.

Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF

Tendo em vista o instrumento criado pelo Governo Federal, para fazer frente à carência de controle dos suprimentos de fundos na administração pública, foi adotado pelo ICMBio o uso dessa ferramenta para suprir necessidades de meios das unidades descentralizadas, tanto para despesas de pequeno vulto, quanto para despesas em viagens, projetos especiais e emergenciais, que caracterizam as atividades cotidianas do ICMBio.

Foi criado na intranet do Instituto link específico para acompanhamento da situação das liberações e prestações de contas. Os arquivos são atualizados diariamente e apresentam todas as informações necessárias para o uso correto do cartão.

Em 2008, nos meses de maio a dezembro, foram supridos 227 servidores, com 437 suprimentos, em benefício de 177 Unidades de Conservação e 3 Centros de Pesquisa, todos gerenciados pela Unidade Gestora Executora da sede em Brasília, conforme demonstrado no Item 11 deste relatório.

Sistema de Arrecadação - SICAFI

Em agosto de 2008, foi duplicado o sistema de arrecadação do IBAMA para o ICMBio, e a partir de então as receitas do instituto passaram a ser registradas diretamente no mesmo, até então o IBAMA estava realizando transferências mensais da Fonte 0250, arrecadada nas unidades, para o ICMBio.

2.3.7.2 Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
DESCRIÇÃO	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Silvana Canuto Medeiros
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Pessoa beneficiada)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	3.872.734,00	3.872.733,00	100
FÍSICA	7.684	5.005	65,13

2.3.7.3 Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
DESCRIÇÃO	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Silvana Canuto Medeiros
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Criança atendida)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	431.506,00	277.397,00	64,29
FÍSICA	452	261	57,75

2.3.7.4 Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e Fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e

	sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165- 36, de 23 de agosto de 2001.
DESCRIÇÃO	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Silvana Canuto Medeiros
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Servidor beneficiado)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	606.019,00	437.637,00	72,82
FÍSICA	656	247	37,65

2.3.7.5 Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
DESCRIÇÃO	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados, ativos, de acordo com a Lei nº 9.527/97, ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Silvana Canuto Medeiros
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente		
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Servidor beneficiado)			
META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUCAO/PREVISAO %
FINANCEIRA	4.125.964,00	3.219.142,00	78,02
FÍSICA	2.502	1.804	72,10

2.3.7.6 Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

TIPO	OPERAÇÕES ESPECIAIS		
FINALIDADE	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.		
DESCRIÇÃO	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.		
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO			
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Silvana Canuto Medeiros		
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade		
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente		
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Metas e resultados da ação no exercício			
META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	33.640.232,00	27.691.507,00	80,40
FÍSICA			

2.3.8 Programa 1145 – Comunidades Tradicionais

TIPO DE PROGRAMA	finalístico
OBJETIVO GERAL	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, dinamizando as atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam, por meio da valorização da cultura e das formas de organização social
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
GERENTE DO PROGRAMA	Egon Krakhecke
GERENTE EXECUTIVO	Cláudia Maria Calório
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	MMA
INDICADORES OU PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da Produção
PÚBLICO ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais

2.3.8.1 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
DESCRIÇÃO	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEGUNDO SIGPLAN) o correto seria Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Paulo Fernando Maier Souza
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUCAO/PREVISAO %
FINANCEIRA	1.988.000,00	1.971.589,00	99,17
FÍSICA			

Conhecer as cadeias produtivas dos produtos da sociobiodiversidade e organizar a produção com vistas ao mercado alcançando preços justos está entre os desafios para incrementar o uso sustentável dos recursos naturais existentes nas unidades de conservação pelas populações tradicionais.

O relativo isolamento das comunidades aumenta os custos da produção com o transporte o que, aliado à desorganização, torna os produtores reféns de intermediários que impõem preços na compra, além do público consumidor estar distante e nem sempre conhecido.

Buscando melhorar a organização local, facilitar o acesso a políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, realizou-se um conjunto de oficinas para divulgar e capacitar lideranças comunitárias, organizações não governamentais e governamentais com vistas a apoiar os produtores tradicionais. O objetivo é oferecer uma alternativa para a venda dos produtos extrativistas, principalmente por meio da compra direta e compra direta com doação simultânea, uma vez que são modalidades do programa que buscam mudar o cenário de emergência alimentar.

A mobilização e organização das oficinas foi resultado da parceria entre o ICMBio, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SEDR/ MMA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Companhia Nacional de Abastecimento do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Conab/MAPA), que assumiram compromissos para a continuidade dos trabalhos em 2009, no âmbito das articulações da Agenda Social e da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Foram realizadas 1 oficina preparatória em Brasília e 7 oficinas regionais em Rio Branco, Manaus, Brasília, Belém, Santarém, São Luís e Paulo Afonso, envolvendo gestores de 55 Reservas Extrativistas, 1 Reserva de Desenvolvimento Sustentável, 2 Áreas de Proteção Ambiental e 5 Florestas Nacionais, totalizando 63 UCs. Neste processo foram capacitados 63 gestores, 106 extrativistas, 46 Organizações Não-governamentais (ONGs), 7 órgãos municipais e estaduais e 20 órgãos de assistência técnica e extensão rural.

2.3.8.2 Ação 6060 - Capacitação de Comunidades Tradicionais

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Capacitar extrativistas e extensionistas que atuam nas regiões extrativistas das Comunidades Tradicionais para que as atividades produtivas sejam realizadas em consonância com a conservação ambiental.

DESCRIÇÃO	Definição dos critérios que viabilizem o financiamento de atividades produtivas das Comunidades Tradicionais; Identificar instituições parceiras interessadas em investir na capacitação das comunidades tradicionais; Executar um programa de treinamento específico para assegurar a assistência técnica adequada aos projetos de geração de renda das comunidades tradicionais; Realizar eventos de intercâmbio de experiências entre os beneficiários dos projetos das comunidades tradicionais; Identificar e valorizar os conhecimentos e técnicas tradicionais sustentáveis das comunidades tradicionais; Formar monitores para atuar nas Escolas-Família Extrativistas; Promover treinamento específico para as comunidades nas Reservas Extrativistas Marinhas, especialmente aquelas situadas em pólos petroquímicos, visando assegurar a exploração racional dos recursos pesqueiros.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEGUNDO SIGPLAN) o correto seria Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Paulo Fernando Maier Souza
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Pessoa capacitada)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	4.857.930,00	3.313.450,00	68,21
FÍSICA	6.277	2.170	34,57

As atividades relacionadas com capacitação externa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade envolveram, principalmente, processos de capacitação de conselheiros no âmbito dos conselhos consultivos e deliberativos das Unidades de Conservação federais e de organizações das populações tradicionais relacionadas com unidades de uso sustentável – RESEX, RDS, FLONA e APA.

Para as RESEX e RDS foi implementado no ano de 2008 o projeto “OCCA”, com apoio de um fundo da Embaixada Inglesa, que teve por objetivo “fortalecer os Conselhos Deliberativos das Reservas Extrativistas e Reserva de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia para habilitar essas Unidades a funcionar como áreas onde a proteção dos recursos naturais está em equilíbrio com o desenvolvimento econômico e social das comunidades”. No desenvolvimento do projeto foi elaborada uma metodologia de capacitação de Conselheiros adaptada ao contexto das RESEX e RDS selecionadas pelo Projeto e iniciada a implementação em 10UCs - RESEX Rio Ouro Preto/RO; RESEX Lago do Cuniã/RO; RESEX Rio Cajari/AP; RESEX Médio Juruá/AM; RESEX Capanã

Grande/AM; RESEX Mapuá/PA; RESEX Tapajós-Arapiuns/PA; RESEX Arióca-Pruanã/PA; RESEX Gurupá-Melgaço/PA e RDS Itatupã-Baquiá/PA.

Foram realizadas também capacitações no âmbito da implementação da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e do Plano Nacional de Apoio às Cadeias Produtivas dos Produtos da Sociobiodiversidade, em uma ação inédita de articulação na esfera federal voltada a ampliar o acesso dos grupos extrativistas ao Programa de Aquisição de Alimentos. O ICMBio juntamente com os Ministérios do Meio Ambiente (MMA), Desenvolvimento Agrário (MDA) e Desenvolvimento Social (MDS) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) realizaram 5 oficinas de orientação às comunidades extrativistas de 56 Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Áreas de Proteção Ambiental.

Foram realizados ainda:

- 03 Oficinas Regionais, com a participação de gestores de 26 Resex, 7 Flonas e 3 APAS, com o objetivo de planejar o desenvolvimento e fortalecimento do Programa Agente Ambiental Voluntário em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como estratégia de fortalecimento e emancipação das Populações Tradicionais no processo de Proteção do Uso dos recursos sustentáveis.
- Acompanhamento e assistência a projetos na Resex Rio Ouro Preto/RO, com a implantação de 10 unidades de produção de borracha do Projeto Borracha Tecbor; e da implementação de projeto de apicultura.
- Acompanhamento da implantação dos projetos Tecbor e de piscicultura na Resex Chico Mendes.
- Acompanhamento do projeto de recuperação da Unidade de Produção de Palmito de açaí e da unidade de produção e da Unidade de Produção de Castanha Dry na Reserva Extrativista do Rio Cajari/AP.

Fortalecimento das comunidades

Nesse processo busca-se assegurar as articulações intra e entre instituições nos diversos níveis de governo a fim de desenvolver e facilitar o acesso a políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais.

Atendendo proposição das comunidades tradicionais, o ICMBio estabeleceu a articulação necessária para publicação da Portaria interministerial MMA/MDA n. 03, de 03/10/2008, que assegura e estende o acesso ao Programa Nacional da Reforma Agrária para o conjunto das populações tradicionais habitantes das Resex, RDS e Flonas, até então restrito às Resex da Amazônia. Até 2007, cerca de 15 mil famílias foram beneficiadas com o crédito de instalação e habitação superando a casa dos R\$ 100 milhões. Com a nova portaria o crédito poderá vir a beneficiar outras 50 mil famílias.

Com a finalidade de fortalecer as comunidades extrativistas, foram celebrados Acordos de Cooperação Técnica, Termos de Cooperação e Convênios com instituições como Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social, IBAMA, IPHAN, EMBRAPA, SEMA-AM, Museu Emílio Goeldi e Mineração Rio do Norte com objetos específicos, tais como:

Construção participativa de instrumentos de gestão das Reservas Extrativistas – Plano de Manejo, Conselho Deliberativo, arranjos produtivos, ecoturismo de base comunitária, com repasse de recursos da Agenda Social MMA/2008 para povos e comunidades tradicionais.

Promoção do desenvolvimento social por meio de ações e projetos socioambientais, especialmente no que tange a auto-suficiência e a geração de trabalho e renda para as populações tradicionais habitantes das unidades de conservação, enquadráveis no Decreto 6040/2007, com doação de bens apreendidos ao Programa Fome Zero e conversão de recursos ao fundo destinado ao cumprimento do objeto.

Desenvolvimento de ações integradas para a operacionalização do “Projeto Barcos do Brasil” e para a preservação e promoção do patrimônio naval e seu contexto sociocultural e ambiental.

Apoio à conservação da biodiversidade a partir de projetos desenvolvidos nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável e entorno, que tenham como eixos a pesquisa para a geração de parâmetros técnicos para a conservação e a utilização sustentável de espécies nativas, o incentivo às cadeias produtivas sustentáveis e a contribuição para a geração de políticas públicas de conservação, construídas a partir de processos de articulação social e institucional.

Execução do Projeto “Manejo Integrado dos Recursos Aquáticos na Amazônia – AquaBio”.

Intercâmbio técnico, didático, cultural e administrativo com a realização de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, cultural, extensão e educação ambiental na Floresta Nacional de Caxiuanã.

Manejo dos recursos naturais renováveis da Floresta Nacional de Saracá-Taquera e a conservação da Reserva Biológica do Rio Trombetas.

Estudos e análises técnicas para a criação e implantação de unidades de conservação.

Controle social local/gestão participativa

A gestão participativa está relacionada principalmente com os processos de formação e funcionamento de conselhos consultivos e deliberativos de Unidades de Conservação, mas também envolve atividades que perpassam os processos de criação - especialmente no âmbito das Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável - de elaboração e de implementação de Planos de Manejo.

Com relação aos Conselhos, no ano de 2008 foram instituídos um total de 22 Conselhos, sendo 13 Consultivos - de Florestas Nacionais (4 UC), de Parques Nacionais (3 UC), de Reservas Biológicas (5 UC) e de Áreas de Proteção Ambiental (1 UC) – e 9 Deliberativos – de Reservas Extrativistas.

2.3.8.3 Ação 6070 – Fomento a projetos de Gestão Ambiental das Reservas Extrativistas da Amazônia (Programa-Piloto)

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Apoiar a gestão ambiental em quatro reservas extrativistas, fortalecendo as organizações comunitárias e melhorando a produção comercial e de subsistência e o manejo dos recursos naturais
DESCRIÇÃO	Desenvolvimento e teste de abordagens apropriadas de gestão social, econômica e ambiental de reservas extrativistas, baseadas no refinamento do conhecimento e das práticas tradicionais das populações locais.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEGUNDO SIGPLAN) o correto seria Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Paulo Fernando Maier Souza
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Reserva apoiada)

META	PREVISÃO	CRÉDITOS	PREVISÃO+ CRÉDITOS	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO /PREVISÃO %
FINANCEIRA	4.700.000,00	800.000,00	5.500.000,00	1.289.633,00	23,45
FÍSICA	10			3	30

A meta financeira não foi alcançada pois a previsão de recursos era de doação internacional e os mesmos não se concretizaram, houve ainda crédito suplementar Publicado no DOU de 04 de dezembro de 2008, mesmo assim foram realizadas as ações descritas abaixo:

Participação em 03 oficinas envolvendo lideranças de comunidades extrativistas das Resex, para diagnosticar as cadeias produtivas de produtos da sociobiodiversidade (copaíba, látex e castanha) e para elaborar os planos de ação regional.

Apoio a estruturação de casas de farinha, criação de abelhas melíponas, produção de artesanatos de látex de seringa, desenvolvimento de pesquisas com plantas inseticidas, em parceria com a Embrapa e Universidade Federal do Acre, na Resex do Cazumbá-Iracema/AC.

2.3.9 Programa 1332 – Conservação e Recuperação dos Biomas

Brasileiros

TIPO DE PROGRAMA	Finalístico
OBJETIVO GERAL	Contribuir para a sustentabilidade dos biomas brasileiros, respeitando as suas especificidades, por meio da expansão e consolidação do sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, bem como para a definição e disseminação de políticas e práticas de conservação, uso sustentável e gestão integrada dos biomas, com a justa repartição dos benefícios decorrentes
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
GERENTE DO PROGRAMA	Maria Cecília Wey de Brito
GERENTE EXECUTIVO	João de Deus Medeiros
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	NOMMA
INDICADORES OU PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Número de instrumentos de sistema de gestão desenvolvidos Taxa de Proteção Integral dos Biomas Taxa de Uso Sustentável dos Biomas
PÚBLICO ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Sociedade

2.3.9.1 Ação 2C88 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Mata Atlântica e Pampas

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Implementar ações definidas nos instrumentos de gestão das Unidades de Conservação circunscritas a esse bioma, envolvendo os processos participativos de gestão, criação, regularização fundiária, implementação e acompanhamento das ações dos conselhos das Unidades de Conservação Federais, utilizando também o instrumento de corredores e mosaicos das Unidades de Conservação Federais.
DESCRIÇÃO	Implementação das Unidades de Conservação Federais, de acordo com o estipulado em seus respectivos Planos de Manejo, contando com a participação dos Conselhos e outros atores da sociedade. Entende-se como implementação, sua estruturação física, com a implantação de estruturas de apoio operacional e administrativo além da viabilização de seus objetivos de manejo previstos no SNUC. Espera-se também o desenvolvimento de ações de gestão dos corredores ecológicos e suas correlações e integrações com as Unidades de Conservação.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Diretoria de Ecossistemas (conf. SIGPLAN) o correto seria Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral)

COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo José Soavinski
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
AREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Ecossistema conservado)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUCAO/PREVISAO %
FINANCEIRA	4.201.797,00	4.125.719,00	98,19
FÍSICA	64	62,82	98,16

2.3.9.2 Ação 2C89 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Cerrado e Pantanal

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Implementar ações definidas nos instrumentos de gestão das Unidades de Conservação circunscritas a esse bioma, envolvendo os processos participativos de gestão, criação, regularização fundiária, implementação e acompanhamento das ações dos conselhos das Unidades de Conservação Federais, utilizando também o instrumento de corredores e mosaicos das Unidades de Conservação Federais.
DESCRIÇÃO	Implementação das Unidades de Conservação Federais, de acordo com o estipulado em seus respectivos Planos de Manejo, contando com a participação dos Conselhos e outros atores da sociedade. Entende-se como implementação, sua estruturação física, com a implantação de estruturas de apoio operacional e administrativo além da viabilização de seus objetivos de manejo previstos no SNUC. Espera-se também o desenvolvimento de ações de gestão dos corredores ecológicos e suas correlações e integrações com as Unidades de Conservação.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Diretoria de Ecossistemas (conf. SIGPLAN) o correto seria Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral)
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo José Soavinski
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
AREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Ecossistema conservado)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	3.424.463,00	3.361.276,00	98,15
FÍSICA	39	38,28	98,15

2.3.9.3 Ação 2C91 - Gestão de Áreas Protegidas no Ecossistema Caatinga

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Implementar ações definidas nos instrumentos de gestão das Unidades de Conservação circunscritas a esse bioma, envolvendo os processos participativos de gestão, criação, regularização fundiária, implementação e acompanhamento das ações dos conselhos das Unidades de Conservação Federais, utilizando também o instrumento de corredores e mosaicos das Unidades de Conservação Federais.
DESCRIÇÃO	Implementação das Unidades de Conservação Federais, de acordo com o estipulado em seus respectivos Planos de Manejo, contando com a participação dos Conselhos e outros atores da sociedade. Entende-se como implementação, sua estruturação física, com a implantação de estruturas de apoio operacional e administrativo além da viabilização de seus objetivos de manejo previstos no SNUC. Espera-se também o desenvolvimento de ações de gestão dos corredores ecológicos e suas correlações e integrações com as Unidades de Conservação.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Diretoria de Ecossistemas (conf. SIGPLAN) o correto seria Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral)
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo José Soavinski
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Ecossistema conservado)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRA	2.998.924,00	2.958.379,00	98,65
FÍSICA	28	27,62	98,64

2.3.9.4 Ação 2C92 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Costeiro e Marinho

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Implementar ações definidas nos instrumentos de gestão das Unidades de Conservação circunscritas a esse bioma, envolvendo os processos participativos de gestão, criação, regularização fundiária, implementação e acompanhamento das ações dos conselhos das Unidades de Conservação Federais, utilizando também o instrumento de corredores e mosaicos das Unidades de Conservação Federais.
DESCRIÇÃO	Implementação das Unidades de Conservação Federais, de acordo com o estipulado em seus respectivos Planos de Manejo, contando com a participação dos Conselhos e outros atores da sociedade. Entende-se como implementação, sua estruturação física, com a implantação de estruturas de apoio operacional e administrativo além da viabilização de seus objetivos de manejo previstos no SNUC. Espera-se também o desenvolvimento de ações de gestão dos corredores ecológicos e suas correlações e integrações com as Unidades de Conservação.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Diretoria de Ecossistemas (conf. SIGPLAN) o correto seria Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral)
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo José Soavinski
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Ecossistema conservado)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRO	3.030.390,00	2.862.823,00	94,47
FÍSICO	29	27,38	94,41

2.3.9.5 Ação 2C93 - Gestão de Áreas Protegidas no Ecossistema Amazônico

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Implementar ações definidas nos instrumentos de gestão das Unidades de Conservação circunscritas a esse bioma, envolvendo os processos participativos de gestão, criação, regularização fundiária, implementação e acompanhamento das ações dos conselhos das Unidades de Conservação Federais, utilizando também o instrumento de corredores e mosaicos das Unidades de Conservação Federais.

DESCRIÇÃO	Implementação das Unidades de Conservação Federais, de acordo com o estipulado em seus respectivos Planos de Manejo, contando com a participação dos Conselhos e outros atores da sociedade. Entende-se como implementação, sua estruturação física, com a implantação de estruturas de apoio operacional e administrativo além da viabilização de seus objetivos de manejo previstos no SNUC. Espera-se também o desenvolvimento de ações de gestão dos corredores ecológicos e suas correlações e integrações com as Unidades de Conservação.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Diretoria de Ecossistemas (conf. SIGPLAN) o correto seria Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral)
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo José Soavinski
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
AREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Ecossistema conservado)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
FINANCEIRO	4.572.715,00	4.360.568,00	95,36
FÍSICO	69	65,80	95,36

2.3.9.6 Ação 2096 - Conservação e Manejo do Patrimônio Espeleológico (Produto: Patrimônio preservado)

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Promover o estudo, proteção e manejo do patrimônio espeleológico nacional.
DESCRIÇÃO	Controle, monitoramento, manejo, ampliação do conhecimento e valoração do patrimônio espeleológico nacional, possibilitando troca de informações corretas e precisas entre o IBAMA e as instituições de pesquisa, órgãos encarregados da execução da política ambiental, visando promover o controle e monitoramento do avanço da degradação ambiental em sítios espeleológicos, bem como o controle do acesso e uso turístico em cavidades naturais subterrâneas.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Diretoria de Ecossistemas (conf. SIGPLAN) o correto seria Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral)
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Marcelo Marcelino de Oliveira
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUCAO/PREVISAO %
FINANCEIRO	750.000,00	746.983,00	99,60
FÍSICO	15	15	100

2.3.9.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
DESCRIÇÃO	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Secretaria de Biodiversidade e Florestas (conf. SIGPLAN)
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo José Soavinski
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUCAO/PREVISÃO %
FINANCEIRO	9.277.001,00	9.235.246,00	99,55
FÍSICO			

As ações relacionadas às Áreas Protegidas estão agrupadas por Biomas, e os resultados estão apresentados abaixo.

Cabe ressaltar que os recursos despendidos para as atividades realizadas diretamente nas Unidades de Conservação, no objeto de sua atribuição, que é a conservação da biodiversidade na Unidade de Conservação, estão rateados nestas ações.

Dentre as diversas atividades realizadas destacam-se:

Uso Público e Negócios

O objetivo deste macroprocesso é qualificar, normatizar e estruturar as atividades de visitação, uso público e recreação nas Unidades de Conservação Federais (UCs), promovendo o reconhecimento da importância das UCs e dos serviços ambientais disponibilizados por elas à sociedade, conseqüentemente incrementando as economias locais.

Este macroprocesso visa, também, a geração de benefícios econômicos para o Sistema de Unidades de Conservação Federais, por meio da cobrança pelos serviços e atividades desenvolvidas e promovidas pelas UCs, onde se inclui o manejo florestal sustentável, por meio da concessão florestal.

Serviços ambientais

Foram desenvolvidas as bases necessárias para contratação dos estudos que objetivam a cobrança de Serviços Ambientais das águas no Parque Nacional de Brasília e na Reserva Biológica de Contagem.

Desenvolvimento de negócios

Os Estudos de Viabilidade Econômica para os processos de concessões dos Parques Nacionais Marinho de Fernando de Noronha, Serra dos Órgãos e Restinga de Jurubatiba foram contratados, bem como a Assessoria Econômica para a revisão dos contratos vigentes no Parque Nacional do Iguaçu.

Visitação

As Unidades de Conservação abertas à visitação receberam aproximadamente 3,5 milhões de visitantes.

No sentido de incrementar e qualificar as Unidades de Conservação foi elaborado, em conjunto com os Ministérios do Meio Ambiente e Turismo, o Programa de Turismo nos Parques, lançado no mês de setembro em Petrópolis/RJ, pelo Excelentíssimo Presidente da República, e pelos Ministros de Estado do Meio Ambiente, do Turismo e da Cultura, do Governador do Rio de Janeiro e de inúmeras outras autoridades.

O Programa visa à estruturação e melhoria dos serviços oferecidos aos visitantes nos Parques Nacionais: Aparados da Serra, Serra dos Órgãos, Lençóis Maranhenses, Chapada dos Veadeiros e Jaú, UCs considerados prioritários para a primeira fase do Programa.

Foram contemplados ainda neste programa os Parques Nacionais de Abrolhos, Fernando de Noronha, Tijuca e Iguaçu, com o objetivo de incrementar e aprimorar as concessões de serviços para a visitação.

Além das unidades contempladas na primeira fase do Programa, foram desenvolvidas atividades com a finalidade de incrementar e qualificar a visitação em várias outras unidades de conservação, inclusive em outras categorias de manejo.

Também o Parque Nacional Chapada dos Guimarães, por meio de acordo assinado com a Secretaria de Turismo do Governo de Mato Grosso, está desenvolvendo estudos e ações visando a implementação para a estruturação de visitação na unidade.

Como resultado de algumas ações da Coordenação Geral de Visitação em 2008 alguns acordos foram negociados, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

ÓRGÃO	OBJETO	Status
Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura – ABETA	<u>Carta de Intenções para cooperação na implementação de normas de segurança em todas as atividades de turismo, aventura e ecoturismo nas Unidades de Conservação federais.</u>	<u>Assinado em junho/08</u>
Ministério do Turismo e SEBRAE	<u>Qualificação das comunidades do entorno dos PNs Serra da Capivara, Chapada dos Veadeiros, Aparados da Serra, Jaú, Lençóis Maranhenses e Serra dos Órgãos, para atividades de turismo nos municípios envolvidos.</u>	<u>Em 2008 foram desenvolvidas atividades com as comunidades do entorno dos PNs Serra da Capivara, Chapada dos Veadeiros e Aparados da Serra</u>
Ministério do Turismo e Secretaria de Turismo de La Nación da Argentina	<u>Aprendizado sobre concessões e gestão de visitação nos parques nacionais.</u>	<u>Feita de negociação para um Acordo de Cooperação</u>
Empresa Brasileira de Turismo/EMBRATUR	<u>Divulgação e promoção no exterior dos parques nacionais.</u>	<u>Processo em execução</u>
Governo da França, PNUMA, Ministério do Turismo e Ministério do Meio Ambiente	<u>“Projeto Férias Sustentáveis”</u>	<u>Projeto em Andamento.</u>
Ministério do Meio Ambiente	<u>Programa de Turismo nos Parques</u>	<u>Lançado em setembro/08</u>
Ministério do Meio Ambiente	<u>Acordo de Cooperação objetivando a implementação para a visitação dos PN do Jaú, Ubajara, Chapada dos Guimarães, Aparados da Serra, Serra da Capivara, Chapada dos Veadeiros, Fernando de Noronha, Abrolhos, Serra da Canastra, Serra do Cipó, Jericoacoara, Anavilhanas, Itatiaia, Pantanal Matogrossense, Serra das Confusões, Serra Geral, Sete Cidades, Serra do Divisor, Chapada Diamantina e Serra dos Órgãos.</u>	<u>Celebrado em nov/08</u>
Governo do Estado do Acre	<u>Acordo de Cooperação para implementação da visitação no PN da Serra do Divisor.</u>	<u>Em negociação</u>
Serviço Florestal dos Estados Unidos da América - USFS	<u>Cooperação para intercâmbio em processos de Uso Público e Viabilidade Econômica de Concessões .</u>	<u>Em execução</u>

Elaboração e Revisão de Plano de Manejo

Em consonância com a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, o ICMBio dispõe de Roteiros Metodológicos para elaboração de planos de manejo para as diferentes categorias de unidades de conservação, tanto para as unidades de proteção integral como as de uso sustentável. Os roteiros estabelecem diferentes etapas no processo de elaboração dos planos de manejo, passando pelo diagnóstico (levantamentos de campo), reuniões participativas e elaboração do planejamento propriamente dito.

Os planos de manejo têm sido elaborados de diferentes maneiras por contratação direta, contratação de produto, elaboração por servidores com contratação de produto e elaboração por servidores do ICMBio.

No exercício de 2008 foram realizadas ações para 101 planos de manejo, sendo que 36 são de Unidades de Conservação de Proteção Integral e 65 de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e destes, destes 12 foram concluídos.

Monitorias de Planos de Manejo Realizadas em 2008

Em 2008 foram iniciadas duas grandes monitorias, sendo uma para o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) e uma para o Parque Nacional do Itatiaia (PNI), foram realizadas duas expedições de campo para levantamentos, avaliações e discussões das propostas de novos encaminhamentos, levando em conta as soluções mais apropriadas para o manejo e a proteção da biodiversidade.

Efetividade do Sistema, mosaicos e corredores

A Gestão Integrada Cuniã- Jacundá (EE Cuniã, RESEX Lago Cuniã e FLONA Jacundá) é um dos exemplos que mais obteve avanços em sua implementação, formando o Conselho consultivo das três UCs simultaneamente, trabalhando na elaboração dos respectivos planos de manejo (fase final de planejamento) e realizando a gestão administrativa conjunta.

O mosaico da Terra do Meio (PN Serra do Pardo e EE Terra do Meio), também está se consolidando, principalmente nas ações de proteção e plano de manejo.

No âmbito da Proteção, o mosaico Nascentes de Rondônia (PN Serra da Cutia, PN Pacaás Novos, RESEX Rio Cautário, RESEX Rio Ouro Preto e RESEX Barreiro das Antas) elaboraram um plano de Proteção Integrado denominado Nascentes de Rondônia.

No mosaico Amazônia Meridional, conhecido como “barreira” ao arco do desmatamento (sul da Amazônia legal, sul do Amazonas, norte do Mato Grosso e leste de Rondônia) vimos desenvolvendo esforços de planejamento em conjunto entre as UCs federais: PN Campos Amazônicos, RB Jaru, PN Juruena e FLONA Jatuarana e os governos dos estados do Amazonas (Mosaico do Apuí) e do Mato Grosso (Parque Estadual Igarapés do Juruena), principalmente voltados à proteção e zoneamento (no âmbito de seus planos de manejo).

O acompanhamento técnico das atividades do Corredor Central da Amazônia - Projeto Corredores Ecológicos (PPG7/MMA) foi realizado pelo bioma. As UCs que o projeto apóia são: EE Jutai-Solimões, EE Juami-Japurá, PN de Anavilhanas, PN do Jaú e RB Uatumã. Em 2008 foram realizadas atividades voltadas à proteção da EE Juami-Japurá com sobrevôo e monitoramento de tabuleiros de desova de quelônios compra de binóculos e sistemas fotovoltaicos produção de material de

divulgação da RB Uatumã e EE Jutai-Solimões início da sensibilização dos atores locais para criação do conselho consultivo da EE Jutai-Solimões produção de cartilhas explicativas e folders para trabalhos com o entorno da RB Uatumã e apoio a atividades de pesquisa na RB Uatumã.

Corredor Ecológico Jalapão - Chapada das Mangabeiras – Foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica com a JICA. Foram realizadas duas expedições na região do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e estação Ecológica Serra Geral do Tocantins. O projeto de Cooperação Técnica entre Brasil e Japão para Conservação de Ecossistemas de Ecótonos: Amazônia/Cerrado e Caatinga/Cerrado foi aprovado e as ações de implementação iniciaram em 2008.

O projeto Corredor Central da Mata Atlântica prevê ações de implementação das unidades de conservação no sul da Bahia e no Espírito Santo. Em 2008, foram executadas atividades de aquisição de equipamentos para estas UCs e de fortalecimento de conselhos consultivos. Foram dados passos significativos no sentido de finalizar contratações de consultoria para executar atividades de busca de alternativas econômicas e de educação ambiental para o entorno imediato das UCs. Além disso, foi finalizada a licitação e contratação de empresa para a elaboração dos planos de manejo dos parques nacionais do Descobrimento e Pau Brasil.

Gestão de conflitos

A Constituição Federal prevê, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamentou esse artigo da Constituição e delegou competência ao INCRA para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

O INCRA, por sua vez, publicou a Instrução Normativa que estabelece os procedimentos de processo administrativo para este fim, dentre eles a elaboração de relatório técnico com laudo antropológico da comunidade.

Por outro lado, a legislação de unidades de conservação é bastante rigorosa quanto à presença de pessoas em unidades de proteção integral. A Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, Lei nº 9.985/2000, prevê que as terras inseridas nessas unidades de conservação têm que ser públicas e as populações tradicionais deverão ser reassentadas.

Deste modo, uma vez reconhecidas as áreas de remanescentes de quilombo inseridas em unidades de conservação, instaura-se o conflito de políticas públicas.

Atualmente existem identificados os seguintes conflitos:

- Parque Nacional do Cabo Orange – Comunidade Cunani; .
- Reserva Biológica do Guaporé – Comunidade Santo Antônio;
- Reserva Biológica do Rio Trombetas e Floresta Nacional Saracá Taquera – Comunidades do Alto Rio Trombetas;
- Parque Nacional do Jaú – Comunidade do Tambor;
- Reserva Biológica da Mata Escura – Comunidade Mumbuca;
- Parque Nacional Aparados da Serra e Parque Nacional Serra Geral – Comunidade São Roque.

Para solucionar os conflitos, foram criadas no âmbito da Advocacia Geral da União, a partir da proposição do ICMBio, Câmaras de Conciliação com a participação dos procuradores dos órgãos envolvidos, com o respectivo apoio das equipes técnicas. Os processos de conciliação foram iniciados no segundo semestre de 2008 e deverão ter a sua continuação no exercício de 2009.

2.3.9.8 Ação 6381 - Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Realizar a regularização fundiária das Unidades de Conservação federais de domínio público, obedecendo aos critérios técnicos e jurídicos garantindo a disposição destas áreas para o cumprimento dos objetivos de criação.
DESCRIÇÃO	Pagamento das indenizações referentes à regularização fundiária das áreas inseridas nas unidades de conservação.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Diretoria de Ecossistemas (conf. SIGPLAN) o correto seria Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral)
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Silvana Canuto Medeiros
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ÁREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Área regularizada)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUCAO/PREVISAO %
FINANCEIRO	7.015.000,00	2.356.736,00	33,60
FÍSICO	5.000.000	0	0

META	PREVISÃO	CRÉDITOS	PREVISÃO + CRÉDITOS	EXECUÇÃO	EXECUCAO /PREVISÃO %
FINANCEIRA	295.000,00	6.720.000,00	7.015.000,00	2.356.736,00	33,60
FÍSICA	5.000.000			0	0

A previsão financeira foi incrementada por meio de Crédito publicado no DOU de 04 de dezembro de 2008, tendo sido executados os recursos financeiros até o limite de empenho liberado para este Instituto.

Consolidação territorial

Demarcação e Sinalização territorial

Demarcação física do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha.

Regularização Fundiária

Foram adquiridos aproximadamente 12 mil hectares no Parque Nacional de São Joaquim, bem como efetuado o repasse de áreas da União ao Parque Nacional da Tijuca, com recursos oriundos de Compensação Ambiental, conforme previsto no Art. 36 Lei SNUC, e prioridades de aplicação no Decreto 4340/04.

Outras ações desenvolvidas na regularização fundiária:

- Formalização dos processos individuais dos proprietários rurais inseridos nos limites do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e avaliação dos imóveis de 20 propriedades rurais para posterior pagamento.
- Vistoria e avaliação de imóveis nos Parques Nacionais da Serra Geral, Aparados da Serra e São Joaquim/RS.
- Vistoria e avaliação de 15 imóveis no Parque Nacional da Serra de Itajaí/SC.
- Vistoria de 20 imóveis no Parque Nacional Grande Sertão Veredas para subsidiar perícia judicial.
- Vistoria e avaliação de 3 imóveis na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins.
- Recursos provenientes de crédito para agenda social, utilizado para aquisição de veículos para auxiliar na regularização fundiária das reservas extrativistas.

A Coordenação Geral de Regularização Fundiária elaborou um Diagnóstico das Unidades de Conservação Federais sobrepostas com Terras Indígenas, identificando as áreas sobrepostas, as populações envolvidas e as formas de gestão do conflito em cada unidade. Em abril de 2008, foi realizada uma oficina de trabalho com o tema Sobreposição de Unidades de Conservação e Terras Indígenas, onde participaram os gestores das Unidades identificadas no diagnóstico supracitado, com o objetivo de propor uma diretriz institucional sobre a questão.

2.3.9.8 Ação 8492 - Apoio à Criação e Gestão de Áreas Protegidas

TIPO	ATIVIDADE
FINALIDADE	Apoiar iniciativas de criação e gestão de unidades de conservação, assim como o apoio a ações de conservação e uso sustentável do entorno de UC, associado a geração de emprego e renda para as populações locais.
DESCRIÇÃO	Apoio técnico e financeiro a iniciativas de criação, implantação e gestão de áreas protegidas, incluindo a realização de levantamentos de campo e estudos, realização de consultas públicas, elaboração de instrumentos de planejamento, capacitação, promoção da visitação pública, educação ambiental e pesquisa científica, elaboração e publicação de material didático e técnico; realização e apoio a reuniões, oficinas e outros eventos; articulação institucional com os diferentes projetos, programas e ações do governo e da sociedade; aquisição de material permanente e material de consumo, aquisição e manutenção de veículos, realização de obras; aquisição de mapas, imagens de satélite e serviços de geoprocessamento; pagamento de

	passagens e diárias. Serão apoiadas também iniciativas visando o desenvolvimento de práticas econômicas sustentáveis no interior e no entorno de unidades de conservação e outras áreas protegidas, incentivando a geração de emprego e renda, bem como a implementação de atividades de prevenção e recuperação de danos causados pela indústria do petróleo.
UNIDADE RESPONSÁVEL PELAS DECISÕES DA AÇÃO	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
COORDENADOR NACIONAL DA AÇÃO	Ricardo José Soavinski
UNIDADES EXECUTORAS	44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
AREAS (dentro da UJ) RESPONSÁVEIS POR GERENCIAMENTO OU EXECUÇÃO DA AÇÃO	44000 - Ministério do Meio Ambiente
COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS REQUERIDAS PARA A EXECUÇÃO DA AÇÃO	

Metas e resultados da ação no exercício (Produto: Projeto apoiado)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUCAO/PREVISÃO %
FINANCEIRO	1.563.881,00	1.427.796,00	91,30
FÍSICO	31	29,29	91,26

No processo de criação estão previstas as seguintes etapas: vistoria de campo, estudos preliminares das áreas, reuniões comunitárias, consultas públicas, elaboração do memorial descritivo e por último a elaboração da minuta de decreto de criação.

Em 2008 foram envidados esforços para desenvolver ações para criação, ampliação e revisão de limites de unidades de conservação federais, como pode ser observado na tabela a seguir:

Propostas de criação de unidades de conservação federais, ampliação e redefinição de limites.

UC	Ação	Status
EE de Anavilhanas/AM	Recategorização para PN Anavilhanas.	Concluído.
PN Pontões Capixabas/ES	Recategorização para Monumento Natural Pontões Capixabas	Acompanhamento da recategorização
ARIE Serra da Abelha	Recategorização para RVS Rio das Prata/SC	Proposta encaminhada à Casa Civil
EE do Taim/RS	Ampliação dos limites	Aguardando recurso para contratação dos estudos
EE Maracá/RR		Elaboração de estudos preliminares das áreas.
FLONA Balata-Tufari/AM		A área da Unidade aumentou em 802.023 ha
PN de Brasília/DF		Elaboração de estudos preliminares das áreas.
PN de Cabo Orange/AP		Elaboração de estudos preliminares das áreas.
PN do Descobrimento/BA		Processo concluído e encaminhado ao DAP/SBF/MMA.
PN do Itatiaia/RJ	Ampliação dos limites	Elaboração de estudos preliminares das áreas.

UC	Ação	Status
PN Pau Brasil/BA		Encaminhada proposta à Casa Civil.
PN Serra da Mocidade/RR.		Estudos em elaboração, consulta ao exército.
PN Serra dos Órgãos /RJ		Concluído
PN Serra do Cipó/MG		Estudos realizados.
PN Sete Cidades/PI		Realizados ações de articulação e estudo prévio para definição das áreas de ampliação.
PN do Viruá/RR		Elaboração de estudos preliminares das áreas.
RESEX Baía do Iguape		Proposta de revisão em análise pela equipe técnica
RESEX Delta do Parnaíba		Proposta de revisão em análise pela equipe técnica
RESEX Cuniã		Proposta de revisão em análise pela equipe técnica
PN da Amazônia/PA	Revisão de Limites	Concluído
PN Saint Hilaire Lange/PR		Feitas 02 consultas públicas
RESEX Pirajubaé		Proposta de revisão em análise pela equipe técnica
RESEX Mandira		Proposta de revisão em análise pela equipe técnica
RESEX Baixo Juruá		Memorial descritivo finalizado
RESEX Médio Juruá		Processo concluído na DIUSP
RESEX Rio Jutáí		Processo concluído na DIUSP
FLONA de Iquiri/AM	Proposta de Criação	Criada pelo Decreto s/nº de 08 de maio de 2008 com uma área de 1.476.073 há.
Monumento Natural Arquipélago das Cagarras		Elaboração de estudos preliminares das áreas.
Monumento Natural Talhado do São Francisco/BA/AL/SE		Elaboração do memorial descritivo e a minuta de decreto.
Monumento Natural Cânion do São Francisco		Análise e negociação das demandas que surgiram das consultas públicas.
Monumento Natural Serras Itamarajú/BA		Elaboração de estudos preliminares das áreas.
Monumento Natural Wenceslau Ubaíra/BA		Elaboração de estudos preliminares das áreas.
PN Boqueirão da Onça/BA		Análise e negociação das demandas que surgiram das consultas públicas.
PN de Dunas São Francisco/BA		Estudos de criação.
PN do Alto Cariri/BA		Em fase conclusiva. Consultas públicas realizadas.
PN Campo dos Padres/PR		Processo concluído e a ser enviado para PROGE/ICMBio para análise jurídica.
PN Serra das Lontras/BA		Em fase conclusiva. Consultas públicas realizadas.
PN Santo Antônio Belmonte/BA		Elaboração de estudos preliminares das áreas.
RB Taquara/BA		Elaboração de estudos preliminares das áreas.
RESEX Ituxi/AM		Criada em junho de 2008.

UC	Ação	Status
RESEX Rio Xingu/PA		Criada em junho de 2008
RESEX Médio Purus/AM		Criada em maio de 2008
RESEX Cassurubá/BA		Proposta encaminhada à Casa Civil
RESEX Montanha Mangabal/PA		Proposta encaminhada à Casa Civil
RESEX Renascer/PA		Proposta encaminhada à Casa Civil
RESEX Prainha do Canto Verde/CE		Proposta encaminhada à Casa Civil
RESEX Baixo Rio Branco Jauperi/PA		Proposta encaminhada à Casa Civil
RESEX Cabo de Santa Marta/SC		Proposta encaminhada à Casa Civil
RESEX Taim/MA		Proposta encaminhada à Casa Civil
RESEX Ibiraquera/SC		Processo concluído na DIUSP (a ser encaminhado a DAP/SBF/MMA)
RESEX Lagoa da Taboa/MA	Proposta de criação	Realização de Estudos socioambientais e consulta pública
RESEX Serinhaém/PE		Elaboração de estudos socioambientais
RESEX Uruçuí Preto/PI		Realização de Vistorias de campo e elaboração de estudos preliminares
RESEX Chapada Grande/PI		Realização de Vistorias de campo e elaboração de estudos preliminares
RESEX Litoral Sul de Sergipe/SE		Elaboração de estudos socioambientais
RESEX Foz do rio Doce/ES		Elaboração de estudos socioambientais
RESEX do Areião e Vale do Guará em Rio Pardo de Minas/MG		Elaboração de estudos socioambientais
RESEX Barra do Pacuí em Ponto Chique e Ibiaí/MG		Elaboração de estudos socioambientais
RESEX Córrego Tamanduá e Poços em Riacho dos Machados/MG		Elaboração de estudos socioambientais
RESEX Curimataí em Buenópolis/MG		Elaboração de estudos socioambientais
RESEX Gerais do Calixto em Buritizeiro/MG		Elaboração de estudos socioambientais
RESEX Sempre-Vivas na Serra do Cabral em Lassance/MG		Elaboração de estudos socioambientais
RESEX Serra do Bicudo ou do Muquém em Corinto/MG		Elaboração de estudos socioambientais
RESEX Barra do São João/RJ		Elaboração de estudos socioambientais
RDS Areias da Ribanceira		Elaboração de estudos socioambientais
RESEX Rio Crôa/AC	Elaboração de estudos socioambientais e mobilização para consulta pública	

UC	Ação	Status
RESEX Riozinho da Rola		Estudos em andamento
RESEX Iaco		Estudos socioambientais e mobilização comunitária
RVS Arembepe		Aguardando recurso para contratação dos estudos.
RVS Boa Nova/BA		Encaminhada proposta à Casa Civil.
RVS Peixe Boi/CE		Elaboração de estudos preliminares das áreas.
RVS Ponta Grande/BA		Elaboração de estudos preliminares das áreas.
RVS/PN Restingas de Pratigi/BA		Elaboração de estudos preliminares das áreas.
RVS Rio Tibagi/PR		Processo concluído e encaminhado a DAP/SBF/MMA.
RVS Rio Pelotas e Campos de Cima da Serra/RS.		Em fase conclusiva. Consultas Públicas realizadas.
UCPI em Maués/AM		Elaboração de estudos preliminares das áreas.
UCPI Manicoré/AM		Elaboração de estudos preliminares das áreas.
UCPI Sauim-de-coleira		Estudos de campo paralisados em virtude da desarticulação junto aos órgãos IBAMA, UFAM, INCRA.
UCPI Noroeste Baiano (PI/BA)		Estudos preliminares realizados.
UCPI Caetitê/BA		Iniciaram-se as articulações com equipe local que realizou estudos preliminares
UCPI Chapada do Araripe/CE		Estudos em andamento em articulação com ONG Agendha
UCPI Baia Babitonga		Processo judicializado, necessária consulta pública prevista para acontecer após a realização de um estudo sócio-econômico para o qual foi contratado um consultor.
UCPI no Pantanal Matogrossense – Serra do Amolar/MS		Realizada nova vistoria em campo para confirmação de dados e definição de limites.
UC na Região da Nhecolândia/MS		Publicado edital PNUD para realização dos estudos técnicos.
UC no Domo do Araguainha/MT		Proposta de criação
UC na Paraguaizinho/MT	Publicado edital PNUD para realização dos estudos técnicos.	
UC na Província Serrana/MT	Publicado edital PNUD para realização dos estudos técnicos.	
UC Serra do Teixeira/PB	Seleção de área estabelecimento de consultoria para realização de estudos	
UC na Região de Uruçui/PI	Publicado edital PNUD para realização dos estudos técnicos.	
Jurumenha/PI	Publicado edital PNUD para realização dos estudos técnicos.	
UC em Guaricana /PR	Estudos em elaboração.	
UC de Lavrados/RR	Estudos em elaboração.	
UC na Serra dos Poncianos/SP		Elaboração dos estudos preliminares
UC Arraias/TO		Estudos preliminares realizados.
UC Serra da Traíras/TO		Estudos preliminares realizados.
UC na Região de Natividade/TO		Publicado edital PNUD para realização dos estudos técnicos.

Ainda em 2008 o presidente do Instituto criou um grupo de trabalho com a finalidade de analisar e propor alternativas para minimizar os conflitos sociais na Reserva Biológica Mata Escura, MG considerando como alternativa a possibilidade de revisão dos limites da UC.

Reserva Particular do Patrimônio Natural, RPPN

- Foram criadas 38 novas RPPNs, sendo duas no bioma Cerrado, uma no Pantanal e 35 no bioma Mata Atlântica, totalizando 24.149,40 ha adicionais de áreas protegidas nessa categoria de unidade de conservação federal.
- Criação do Comitê Consultivo de RPPNs através da Portaria nº 20/2008 – ICMBio. O Comitê conta com a participação de ONGs, representantes do Governo Federal e pessoas de notório saber sobre o tema, tendo como finalidade estabelecer um fórum de discussões técnicas para o fortalecimento do sistema de criação, implementação e gestão das RPPNs federais.
- Foi dado o início ao desenvolvimento do Sistema Informatizado de Monitoria de RPPNs – SIMRPPN, que tornará o processo de criação mais ágil e transparente.

2.4. Desempenho Operacional

Considerando que a criação do ICMBio deu-se em 2007 e que até o final de 2008 não foi autorizada a revisão qualitativa do PPA, ocorreu a inviabilização da adequação de metas e indicadores que sejam distintos dos apresentados nos programas.

2.4.1 - Evolução de gastos gerais

Planilha Anexa

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Esse item não se aplica ao Instituto Chico Mendes

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Esse item não se aplica ao Instituto Chico Mendes

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Planilha Anexa

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Esse item não se aplica ao Instituto Chico Mendes

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Esse item não se aplica ao Instituto Chico Mendes

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Esse item não se aplica ao Instituto Chico Mendes

9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DA RENÚNCIA

Esse item não se aplica ao Instituto Chico Mendes

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Esse item não se aplica ao Instituto Chico Mendes

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Planilha Anexa

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

No exercício de 2008 as auditorias referentes à gestão das unidades vinculadas ao ICMBio foram realizadas pela Unidade de Auditoria Interna do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – AUDIT/IBAMA, consoante disposto no artigo 1º da Portaria Conjunta IBAMA/ICMBio n.º 02/2007, de 28/05/2007.

Também durante o exercício de 2008, o ICMBio adotou providências no sentido de estruturar sua Unidade de Auditoria Interna, tanto que atualmente tramita no Governo Federal, desde o segundo semestre exercício pretérito, minuta de Decreto de Reestruturação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade onde será contemplada a sua área de controle interno.

Diante do exposto, as unidades auditadas no exercício em apreço foram as seguintes: Parque Nacional do Itatiaia/RJ; Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul - CEPSUL; Parque Nacional de Brasília - PNB/DF; Parque Nacional da Serra dos Órgãos - PNSO/RJ; Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros Lagunares e Estuarinos - CEPERG; Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais - CEPTA; Parque Nacional do Iguaçu/PR, e Centro de Proteção de Primatas Brasileiros-CPB.

Os Resultados e os apontamentos, procedidos nas auditorias foram objeto de acompanhamento conjunto entre a Unidade de Auditoria do IBAMA e as áreas do ICMBio envolvidas, cujos relatórios com as respectivas notas técnicas, segundo informações da AUDIT/IBAMA, foram encaminhadas a essa Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU, de acordo com o artigo 8º da IN Nº 07/SFC-CGU, de 29/12/2006.

Nos quadros a seguir demonstra-se o acompanhamento dos Relatórios de Auditoria referentes ao exercício de 2008, realizadas nas unidades vinculadas ao ICMBio, segundo informações prestadas pela AUDIT/IBAMA. Cabe salientar que ainda estão vigentes os prazos para apresentação de justificativas às recomendações constantes de tais relatórios e que o ICMBio acompanhará o atendimento e suas conclusões com vistas ao cumprimento dos prazos fixados pelos órgãos de controle interno:

Relatório de Auditoria nº 06/08 de 09/06/2008 – CEPSUL
--

Período de 07/04 a 18/04/2008

O IBAMA encaminhou o relatório para a CEPSUL em 11/06/2008, por meio do Ofício n.º 53/08 O CEPSUL vem acompanhando a adoção das providências junto à Auditoria Interna do IBAMA.

Relatório de Auditoria nº 07/08 de 10/06/2008 – Parque Nacional de Brasília - PNB

Período de 18/02 a 05/03/2008

O IBAMA encaminhou o relatório para o ICMBio em 16/06/2008, por meio do Ofício n.º 55/08 O PNB vem acompanhando a adoção das providências junto à Auditoria Interna do IBAMA.

Relatório de Auditoria nº 08/08 de 16/06/2008 – Parque Nacional da Serra dos Órgãos - PNSO/RJ

Período de 05/05 a 16/05/2008

O IBAMA encaminhou o relatório para o ICMBio em 19/06/2008, por meio do Ofício n.º 58/08
O PNSO/RJ vem acompanhando a adoção das providências junto à Auditoria Interna do IBAMA.

Relatório de Auditoria nº 09/08 de 25/06/2008 – CEPERG/RS

Período de 05/05 a 14/05/2008

O IBAMA encaminhou o relatório para o ICMBio em 01/07/2008, por meio do Ofício n.º 68/08.
As providências adotadas pelo Instituto estão consolidadas na Nota Técnica/Auditoria nº 47/08, de 15/12/2008 com as seguintes conclusões dadas pela AUDIT/IBAMA:

- a) Itens com justificativas aceitas – 1.1.2.1; 1.1.10.1; 1.1.12.4; 3.4.1; 3.5.1; 4.1.1 e 5.1.1.
- b) Item sem respostas – 4.4.1

Relatório de Auditoria nº 13/08 de 25/07/2008 – CEPTA

Período de 09/06 a 13/06/2008

O IBAMA encaminhou o relatório para o ICMBio em 05/08/2008, por meio do Ofício n.º 90/08
O CEPTA vem acompanhando a adoção das providências junto à Auditoria Interna do IBAMA.

Relatório de Auditoria nº 14/08 de 31/07/2008 – PARNA IGUAÇU-PR

Período 07/04 a 18/04/2008

O IBAMA encaminhou o relatório para o ICMBio em 14/08/2008, por meio do Ofício n.º 99/08.
O PARNA IGUAÇU/PR vem acompanhando a adoção das providências junto à Auditoria Interna do IBAMA.

Relatório de Auditoria nº 15/08 de 31/07/2008 – PARNA ITATIAIA/RJ

Período de 09/06 a 13/06/2008

Por meio do Ofício nº 98/08, de 11/8/2008, a AUDIT/IBAMA encaminhou ao PARNA ITATIAIA/RJ, o Relatório de Auditoria nº 15/08, para adoção de providências.

As providências adotadas pela Unidade de Conservação estão consolidadas na Nota Técnica/Auditoria nº 46/08, de 10/12/2008 com as seguintes conclusões dadas pela AUDIT/IBAMA:

- a) Itens com justificativas aceitas – 2.1.1.1.1; 2.1.1.2.1; 2.1.1.3.1; 2.3.1.1.1; 2.3.1.4.1; 3.3.1; 3.4.1; 3.4.2.1; 3.5.1.1; 5.3.1.1; 5.2.2.1; 5.2.3.1; 5.2.4.1; 5.2.5.1; 5.3.6.1; 5.3.7.1; 5.3.9.1; 6.1.1; 6.2.1; 6.7.1; 7.1.1; 9.1.1; 9.2.1; 10.1.1; 11.1.1; 12.2.11 e 12.2.13 “a”.
- b) Itens com providências parcialmente aceitas – 6.5.1; 12.1.2.2; 12.1.3 e 12.1.4.
- c) Itens com justificativas não aceitas – 2.3.1.6.1; 3.1.1; 3.2.1; 3.6.1.1; 4.4; 4.5.1; 5.1.1; 6.6.1.1; 6.6.3.1; 6.6.4.1; 6.6.1 e 12.1.1
- d) Itens sem respostas – 1.4.1; 12.2.4 e 12.2.13 “e”.

Relatório de Auditoria nº 16/08 de 31/07/2008 – Centro de Proteção Primatas Brasileiros/ CPB
--

Período 09/06 a 13/06/2008

Por meio do Ofício nº 97/08, de 11/8/2008, a AUDIT/IBAMA encaminhou ao CPB, o Relatório de Auditoria nº 16/08, para adoção de providências.

As providências adotadas pela Centro Especializado estão consolidadas na Nota Técnica/Auditoria nº 03/09, de 04/02/2009 com as seguintes conclusões dadas pela AUDIT/IBAMA:

- a) Itens com justificativas aceitas – 1.1.1; 1.2.1; 1.3.1; 1.4.1; 1.7.1; 1.8.1; 1.1.12.1; 1.1.13.1; 2.2.1; 2.3.1; 2.8.1; 5.2 e 8.1.1.
- b) Item com providência parcialmente aceita – 1.1.11.1.

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Processo TCU 000.210/2008-3

1. Acórdão nº 444/2008

Sumário: “*Representação, possíveis irregularidades no âmbito do ICMBio, um dos fatos questionados não se insere na esfera de competência do TCU. Não -confirmação de duas das três irregularidades apontadas. Representação improcedente. Constatação de ausência indevida de licitação para locação de imóvel. Inexistência de prejuízos no caso concreto. Determinação.*”

2. Determinação:

“*Determinar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que, ao proceder à compra ou à locação de imóvel, somente utilize o art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93, quando identificar um imóvel específico cujas instalações e localização evidenciem que ele é o único que atende o interesse da administração, fato que deverá estar devidamente demonstrado no respectivo processo administrativo.*”

3. Setor responsável pela implementação:

Diretoria de Planejamento, Administração e Logística – DIPLAN

4. Providências adotadas: (ou justificativas para o caso de não cumprimento)

A partir da determinação do TCU foram adotadas as providências para que todas as locações de imóveis por parte do ICMBio fossem com base na orientação supracitada.

OFÍCIO nº 108/2008 – TCU/SEPROG – Acórdão 1226/08 – Plenário.

Processo nº 012.484/2005-6

Assunto: Auditoria Operacional

Entidade: Fundação Nacional do Índio – Funai.

Determinação:

9.7. recomendar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno deste Tribunal, que, na fiscalização de unidade de conservação que se encontre em situação de superposição à terra indígena, considerando o disposto no Decreto 1.141/94, desenvolva estratégias de planejamento de operações conjuntas com as instituições envolvidas nessas ações, notadamente Ibama, Funai e Departamento de Polícia Federal, bem como promova programa de capacitação periódica de recursos humanos acerca das peculiaridades que envolvem as atividades nessas áreas e mantenha grupo especializado para orientar essas ações;

As Providências referentes a esta determinação estão descritas no item 2.3.9.8 deste Relatório, referente à Ação nº 6381 – Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais

OFÍCIO nº 443/08 – TCU/SECEX-AM, Acórdão nº 1097/08 – Plenário.

Processo nº 019.720/2007-3

Assunto: Relatório de Auditoria Operacional.

Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Fundação Nacional do Índio – Funai, Fundação Nacional de Saúde – Funasa, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, Instituto Nacional de

Pesquisas da Amazônia – Inpa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa e Museu Paraense Emílio Goeldi.

Determinação:

9.1.6. ao ICMBio que:

- elabore a política de recursos humanos do Instituto, considerando as especificidades regionais, bem como as pressões externas e a localização das unidades de conservação, especialmente aquelas situadas em locais remotos, com vistas a definir a lotação de servidores e os benefícios legais, de forma a estimular a permanência dos servidores em locais inóspitos;

As Providências referentes a esta determinação estão descritas no item 2.2.6.2 deste Relatório, referente à Ação n.º 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processos de Qualificação e Requalificação.

9.1.6.2. envie esforços com vistas a dotar todas as Unidades de Conservação de planos de manejo com vistas a que as unidades atinjam, efetivamente, os objetivos para as quais foram criadas;

As Providências referentes a esta determinação estão descritas no item 2.3.9 deste Relatório, referente ao Programa 1332 – Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros – Atividades de Elaboração e Revisão de Planos de Manejo e Monitorias de Plano de Manejo.

OFÍCIO n.º 468/08 – TCU/SECEX – Acórdão n.º 1239/06 – TCU – Plenário.

Processo n.º 006.545/2007-0 Assunto: Relatório de Auditoria.

Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no Estado de Rondônia – IBAMA/RO.

Determinação:

9.2. recomendar ao IBAMA/RO que:

9.2.1. intensifique as ações conjuntas com o auxílio da Polícia Federal e da Polícia Militar do Estado de Rondônia, bem como solicite o apoio dos demais órgãos/entidades envolvidos com a questão ambiental, de forma a promover a desocupação da Floresta Nacional do Bom Futuro pelos invasores e assumir o controle da Unidade de Conservação e de sua Zona de Amortecimento;

9.2.2 promova o recadastramento dos ocupantes da Unidade de Conservação (incluindo todas as pessoas que habitam a região), aferindo a extensão e os limites de cada ocupação, o levantamento das benfeitorias existentes, bem como das atividades nelas exercidas;

9.2.3. elabore plano de fiscalização, cuja periodicidade deverá observar a realidade local, visando à atuação, principalmente, em áreas mais afetadas por pressão de uso não racional dos recursos naturais;

9.2.4. realize cursos de capacitação para os servidores/funcionários, de modo a torná-los aptos a exercer as atividades de fiscalização;

9.2.5. promova eventos (seminários, conferências, reuniões, palestras), no sentido de conscientizar a comunidade acerca da importância da conservação da Floresta Nacional do Bom Futuro;

9.2.6. dote a Administração da Unidade de Conservação dos recursos orçamentários, financeiros, humanos e de infra-estrutura (instalações, equipamentos, viaturas), necessários ao bom desempenho de sua missão institucional;

9.2.7. sistematize e centralize as informações a respeito da Floresta Nacional de Bom Futuro na Sede Administrativa da referida Unidade;

9.2.8. analise a possibilidade de colocação de Posto Avançado na Unidade de Conservação, de modo a permitir que haja fiscalização constante;

9.2.9. intensifique ações conjuntas de fiscalização com o auxílio da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar Ambiental do Estado de Rondônia;

9.2.10. dote o Escritório Regional de Ariquemes de infra-estrutura necessária para o desempenho de suas competências, bem como para dar apoio à Administração da Floresta Nacional de Bom Futuro, quando necessário;

9.2.11. treine seus servidores/funcionários na região, por meio do PREVFOGO, para disseminar a prática de queimadas controladas e que fomente a obtenção das autorizações de queimadas em concomitância com uma maior fiscalização dessa prática;

9.2.12. articule a adoção de um planejamento conjunto e integrado entre os órgãos/entidades federais que possam executar ações com reflexos sobre a Floresta Nacional de Bom Futuro;

9.2.13 nos termos do art. 57 da Lei nº 9.985/2000, em conjunto com a FUNAI, institua grupo de trabalho com vistas à regularização da sobreposição de 35.388 hectares existentes entre as áreas da Floresta Nacional do Bom Futuro, criada pelo Decreto nº 96.188/1988, e da Reserva Indígena de Karitiana, criada pelo Decreto nº 93.068/1986;

9.2.14. em conjunto com o INCRA/RO, solucione o problema da sobreposição das áreas dos lotes nºs 182, 182A, 183, 183B, 184, 185, 185A, com relação à área da Floresta Nacional do Bom Futuro, extremo norte;

9.2.15. promova a demarcação ou delimitação física da área da Floresta Nacional do Bom Futuro, colocando, onde forem necessárias, placas identificadoras dos limites da Floresta, de acordo com o disposto no inciso XI do art. 5º da Lei nº 9.985/2000;

9.2.16. forme um grupo de estudo para o aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento, incluindo-se as ATPFs;

9.2.17. defina o local de implantação da Sede Administrativa da Floresta Nacional do Bom Futuro e promova a regularização da lotação de seus servidores;

9.2.18. realize cursos de capacitação, via PREVFOGO, para os servidores/funcionários, de modo a torná-los aptos a exercer atividades de detecção, prevenção e combate a incêndios florestais, conforme o disposto no Decreto nº 2.959/1999;

9.2.19. forme brigadas de combate a incêndios florestais, com capacitação via PREVFOGO, incluindo o Corpo de Bombeiros local, visando a ações conjuntas;

9.2.20. faça o cadastramento das ocupações/atividades existentes na Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação, a fim de controlar sua ocupação e uso, nos termos do 1º do art. 25 da Lei nº 9.985/2000.

9.3. recomendar ao IBAMA/RO que, tão logo recupere o controle da Unidade de Conservação, adote providências com vistas a:

9.3.1. identificar as potencialidades da Floresta Nacional do Bom Futuro, com base no Plano de Manejo a ser elaborado e aprovado, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.985/2000, c/c o art. 12 do Decreto nº 4.340/2002;

9.3.2. eleger o Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Bom Futuro, conforme determina o § 5º do art. 17, da Lei nº 9.985/2000, c/c o art. 17 do Decreto nº 4.340/2002;

9.3.3. estimular a exploração sustentável, com o objetivo de não reduzir a biodiversidade desta Unidade de Conservação, devendo ter a preocupação de envolver a comunidade local na gestão desses recursos;

9.3.4. promover, em conjunto com o INCRA, o levantamento das ações de desenvolvimento sustentáveis potencialmente existentes na região;

9.4. determinar ao IBAMA/RO que defina a titularidade do cargo em comissão de Chefe do Escritório Regional em Ariquemes, DAS 101 -1, promovendo a apuração e a devolução das importâncias eventualmente recebidas sem contraprestação;

Providências adotadas: quanto aos itens 9.2.1; 9.2.2; 9.2.5; 9.2.7; 9.2.8; 9.2.9; 9.2.12; 9.2.13; 9.2.14; 9.2.15; 9.2.17 e 9.2.20 são de que o ICMBio possui um planejamento elaborado para assumir adequadamente o controle da Unidade, precisando porém obter as condições mínimas necessárias junto

a outras instituições (Polícias Federal e Estadual) para se colocar em prática a implementação, na busca de que sejam equacionados os apontamentos do TCU;

Providências adotadas: quanto aos itens 9.2.3; 9.2.4; são de que o ICMBio já possui um plano de fiscalização que poderá ser colocado em prática assim que se assuma adequadamente a Unidade. Quanto à capacitação, o ICMBio promoveu 5 cursos de fiscalização compreendendo 178 servidores entre Analistas Ambientais recém nomeados e servidores já efetivados.

Providências adotadas: quanto aos itens 9.2.6 e 9.2.10; são de que o ICMBio vem procurando dotar todas as Ucs das condições mínimas necessárias para que as mesmas possam desempenhar a contento suas atividades;

Providências adotadas: quanto aos itens 9.2.11; 9.2.14; 9.2.16; 9.2.18; 9.2.19; 9.3.1; 9.3.2; 9.3.3; 9.3.4 e 9.4 são de que o ICMBio acompanhará junto ao IBAMA as ações relativas ao Prevfogo em vista de que tal programa é de responsabilidade do IBAMA;

OFÍCIO nº 2412/2008 – TCU/SECEX – RJ/DT3, Acórdão nº 1239/06 – TCU – Plenário.

Processo nº 018.645/2006-4 Assunto: Representação.

Entidade: Ibama – Superintendência Estadual/RJ – MMA; Parque Nacional de Itatiaia/RJ.

Determinação:

1.9.3.2. com base no Princípio Constitucional da Eficiência, efetue imediatos estudos no sentido de verificar a adequação da vinculação atual do Centro Especializado PREVFOGO ao IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, buscando vinculá-lo, se julgado viável, ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, gestor das Unidades de Conservação beneficiárias das ações desse Centro;

1.9.3.3. providencie, por instrumentos próprios ou delegação ao IBAMA ou ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com base no princípio constitucional da Eficiência, estudos e ações efetivas para atestar e solucionar carências do Parque Nacional de Itatiaia na execução do Centro PREVFOGO, detectadas no presente trabalho, a saber: viatura para a base dessas ações de prevenção e combate de incêndios florestais em Visconde de Mauá, um tanque-reboque para o transporte de água para as bombas em locais de difícil acesso, uma TV com DVD para ações de educação ambiental, uma moto-serra, uma roçadeira e barracas, sacos de dormir e uniformes adequados às condições climáticas do Parque;

1.9.3.4. providencie, com base no princípio constitucional da Eficiência, estudos, por instrumentos próprios ou delegação ao IBAMA ou ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, para a redistribuição de servidor para o Parque Nacional de Itatiaia, com perfil profissional para a coordenação permanente do PREVFOGO, carência essa detectada no presente trabalho;

1.9.3.5. deflagre ações de apoio, com base no princípio constitucional da Eficiência, ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e ao Parque Nacional de Itatiaia, buscando sanar carências desta última unidade, em termos de recursos físicos, humanos e financeiros nas seguintes vertentes:

1.9.3.5.1. pessoal técnico-administrativo em setores vitais para o desenvolvimento dos trabalhos da Unidade, em especial fiscais e analistas ambientais, técnicos administrativos e coordenadores de pesquisas ambientais e biológicas;

1.9.3.5.2. quantitativo de veículos para as áreas de proteção ambiental, de uso público e de uso administrativo, com os correspondentes recursos de manutenção, bem como de laboratórios e mostruários de espécimes vegetais e animais e de amostras minerais, procurando também aperfeiçoar a origem, captação e destinação de recursos financeiros para tais carências pela Câmara de Compensação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;

1.9.3.5.3. estrutura adequada de recursos de tecnologia de informação, de segurança e de comunicação entre todas as extensas áreas do Parque, nas áreas administrativa e técnica.

1.9.3.6. verifique, a partir da Lei nº. 11.516 / 2007, que criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e repassou para ele parte das atribuições do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, dentre elas a gestão das Unidades de Conservação federais, quais os pontos do Acórdão TCU nº. 1.676 / 2004 - Plenário, com Recomendações a esse Ministério, no item 9.1, devam merecer ações imediatas no sentido de reavaliação, redirecionamento e acompanhamento pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e não pelo IBAMA.

1.9.4. ao IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis que:

1.9.4.1. procure aperfeiçoar a captação e destinação de recursos financeiros, pela Câmara de Compensação desse Instituto, para carências do Parque Nacional de Itatiaia, em especial as relativas ao quantitativo de veículos para as áreas de proteção ambiental, de uso público e de uso administrativo, com os correspondentes recursos de manutenção, bem como de laboratórios e mostruários de espécimes vegetais e animais e de amostras minerais,

Providência adotada: Resposta atendida pelo MEMO Nº 04/09-DIPRO/IBAMA, 09.01.09.

Conforme Decreto Nº 6.100, de 26-04-07 a gestão das Unidades de Conservação passa a administração do ICMBio, bem como a gestão dos recursos da Compensação Ambiental, considerando os fatos, S.M.J. esta Diretoria de Proteção Ambiental não possui as atribuições regimentais para cumprir a recomendação descrita neste item do Acórdão nº 4883/2008, Segunda Câmara de 11/11/08, Ata Nº 41/08.

1.9.4.2. realize, em aperfeiçoamento ao já determinado no item 9.1.4 do Acórdão TCU nº. 642 / 2007 - Plenário e em parceria institucional com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na gestão das Unidades de Conservação abrangidas pela Lei nº. 9.985/2000, planejamento de ações de controle de forma padronizada, sistemática e periódica, privilegiando ações pró-ativas (baseadas em planejamento) ao invés de reativas (baseadas em denúncias) e estabelecendo que todas as unidades vinculadas a ele vinculadas sigam esta diretriz, a fim de assegurar a eficiência e a eficácia na salvaguarda do patrimônio ambiental brasileiro.

Providência adotada: Resposta atendida pelo MEMO Nº 04/09-DIPRO/IBAMA, 09.01.09.

Quanto ao referido item, destacamos que após a criação do ICMBio, o IBAMA permaneceu propiciando total apoio a gestão das UC's, no que diz respeito a DIPRO principalmente nas ações de monitoramento e fiscalização (comando e controle) e na prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas. Casos como as UC's localizadas nas fronteiras internacionais e aquelas incluídas no Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PCCDAM, as ações de fiscalização ocorrem de acordo com o planejamento do IBAMA direcionado pelo Sistema de Detecção de Desmatamento – DETER, gerido pelo INPE.

Conforme Acordo de Cooperação Técnica o IBAMA mantém estreita relação para o desenvolvimento de atividades conjuntas com o ICMBio.

1.9.4.3. efetue, com base no Princípio Constitucional da Eficiência, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, que recebe determinação no mesmo sentido no presente processo, imediatos estudos no sentido de verificar a adequação da vinculação atual do Centro PREVFOGO a esse Instituto, buscando vinculá-lo ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, gestor das Unidades de Conservação beneficiárias das ações desse programa;

Providência adotada: Resposta atendida pelo MEMO Nº 04/09-DIPRO/IBAMA, 09.01.09.

No que diz respeito às ações de prevenção, controle e combate a incêndios florestais em Unidades de Conservação, o ICMBio irá desenvolver/assumir o controle das estruturas do PREVFOGO implementadas nas UC's.

Considerando que as atividades envolvem a prevenção, controle e combate a incêndios florestais e queimados não se limitam as Unidades de Conservação, como demonstra a experiência e as parcerias estabelecidas pelo PREVFOGO com o INCRA, FUNAI, Prefeituras Municipais, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil dos Estados. O Centro de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais e Queimadas – PREVFOGO será mantido na Estrutura do IBAMA e servirá de referência para a formação da estrutura do ICMBio e suporte as demais atividades fora dos limites das UC's.

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

Planilha Anexa

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Esse item não se aplica ao Instituto Chico Mendes

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Planilha Anexa

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.

Derradeiramente cabe destacar as peculiaridades da gestão federal do Sistema de Unidades de Conservação e Centros Especializados para a pesquisa e conservação da biodiversidade. O qual trata em geral de unidades de difícil acesso, que muitas vezes são a única presença do estado em um município, trata ainda de pesquisas de relevância internacional que ocorrem nos locais mais inóspitos e de difícil acesso do território nacional, e promover ainda a salvaguarda da cultura dos povos tradicionais que habitam as áreas protegidas.

Relembrando ainda, que o ICMBio foi criado em 2007, com foco na UCs e Centros, para atender a demanda histórica da conservação da biodiversidade.

Este primeiro ano de gestão dos recursos do ICMBio foram dedicados a organizar a casa, e trazer os meios mais modernos da administração para prover a dignidade mínima das unidades de conservação.

18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Esse item não se aplica ao Instituto Chico Mendes.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

ANEXO III

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

ANEXO V

PARECER DA AUDITORIA INTERNA

O Parecer da Auditoria Interna, que trata o Anexo V, foi realizado pela Unidade de Auditoria Interna do IBAMA e apresentado na Prestação de Contas do mesmo, embasado na Portaria Conjunta ICMBio/IBAMA nº 02/2007.